

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
ESCOLA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA  
MESTRADO EM FINANÇAS E ECONOMIA EMPRESARIAL**

**BRUNO ELIAS PIRES**

**ESTUDO DE VIABILIDADE DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA EM  
EDUCAÇÃO BÁSICA**

**RIO DE JANEIRO**

**2013**

**BRUNO ELIAS PIRES**

**ESTUDO DE VIABILIDADE DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA EM  
EDUCAÇÃO BÁSICA**

Dissertação de Mestrado apresentada à Escola de  
Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas  
como requisito para a obtenção do título de  
Mestre em Finanças e Economia Empresarial

Orientador: Prof. Dr. Pedro Cavalcanti

RIO DE JANEIRO

2013

Pires, Bruno Elias

Estudo de viabilidade de parceria público-privada em educação básica / Bruno Elias Pires. – 2013.

63 f.

Dissertação (mestrado) - Fundação Getulio Vargas, Escola de Pós-Graduação em Economia.

Orientador: Pedro Cavalcanti.

Inclui bibliografia.

1. Educação. 2. Parceria público-privada. 3. Estudos de viabilidade. I. Ferreira, Pedro Cavalcanti. II. Fundação Getulio Vargas. Escola de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

CDD – 370



FUNDAÇÃO  
GETULIO VARGAS

**EPGE**

Escola de Pós-Graduação  
em Economia

**BRUNO ELIAS PIRES**

**ESTUDO DE VIABILIDADE DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA EM  
EDUCAÇÃO BÁSICA**

Dissertação apresentada à Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para obtenção do grau de Mestre em Economia Empresarial e Finanças.

Data da defesa: 27/05/2013

Aprovada em: 04/07/2013

**ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA**

Prof. Pedro Cavalcanti Ferreira  
(FGV/EPGE)  
Orientador

Prof. Fernando Augusto Adeodato Veloso  
(FGV/IBRE)

Prof. Sergio Guimarães Ferreira  
(Instituto Pereira Passos)

## **AGRADECIMENTOS**

À minha esposa, pelo carinho, apoio e compreensão, sempre presentes em todos os momentos.

Aos meus pais e familiares, pela formação, incentivo e educação, muito presentes durante toda a minha vida.

Ao amigo Humberto Machado, pelas inúmeras horas dedicadas a discutir comigo diversos temas dessa dissertação.

Ao professor e doutor Pedro Cavalcanti, pela atenção e orientação desse trabalho.

Aos professores e funcionários da EPGE, pela dedicação ao ensino e conhecimentos transmitidos.

## **RESUMO**

Este trabalho busca propor um modelo viável de parceria público-privada para a Educação Básica no Brasil, de forma a melhorar o acesso e a qualidade da Educação no país. Faz uma abordagem do cenário atual do setor no Brasil e mostra a diferença entre os resultados obtidos pelas escolas públicas e privadas, sugerindo a superioridade das últimas. Faz uma análise numérica comparando-se os gastos públicos por aluno da Educação Básica, mais especificamente nos segmentos Fundamental e Médio, com os gastos nas escolas privadas, tomando-se como base o Rio de Janeiro, e, a partir daí, propõe um modelo viável que possa possibilitar a melhora da qualidade da educação a custos menores, sendo interessante não só para o Governo, como também para as escolas privadas. Aborda, ainda, a experiência internacional de países como Colômbia, Chile e EUA que adotaram políticas de educação em parceria com a iniciativa privada.

Palavras-Chave: Educação Básica. Parceria público-privada. Escolas públicas e privadas.

## **ABSTRACT**

This study attempts to propose a viable model of public-private partnership for Basic Education in Brazil, in order to improve access and quality of education in the country. Makes an approach to the current situation of the sector in Brazil and shows the difference between the results obtained by public and private schools, suggesting the superiority of the latter. Makes a numerical analysis comparing public spending per student in Basic Education, more specifically in the Elementary and Middle segments, to spending in private schools, taking as a basis Rio de Janeiro, and, thereafter, proposes a model feasible that can enable improvement in the quality of education at lower costs, which is accretive not only to the government, but also to private schools. It also discusses the international experience of countries like Colombia, Chile and the U.S., which have adopted policies on education in partnership with the private sector.

Keywords: Basic Education. Public-private partnership. Public and private schools.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
1.1 OBJETIVO.....	10
1.2 MOTIVAÇÃO.....	10
1.2.1 CENÁRIO EDUCAÇÃO BÁSICA .....	11
<b>2. EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL.....</b>	<b>24</b>
2.1 COLÔMBIA E CHILE – “VOUCHER” .....	25
2.2 ESTADOS UNIDOS – “CHARTER SCHOOL” .....	28
<b>3. MODELO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP) NO BRASIL.....</b>	<b>30</b>
3.1 CUSTOS EDUCAÇÃO PÚBLICA.....	31
3.2 CUSTOS EDUCAÇÃO PRIVADA.....	32
3.3 METODOLOGIA .....	33
3.4 CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES .....	43
<b>4 CONCLUSÃO.....</b>	<b>45</b>
<b>5 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>47</b>
ANEXO 1 – PLANILHAS COLÉGIO TÍPICO SEM PARCERIA.....	49
ANEXO 2 – PLANILHAS COLÉGIO TÍPICO COM PARCERIA GOVERNO (PPP).....	57



## Índice de Tabelas

Tabela 1 – Número de estudantes Educação Básica no Brasil e no RJ por segmento .....	17
Tabela 2 – Alunos Educação Infantil por esfera de atuação .....	18
Tabela 3 - Alunos Ensino Fundamental por esfera de atuação.....	18
Tabela 4 - Alunos Ensino Médio por esfera de atuação .....	19
Tabela 5 – Alunos Educação Básica por esfera de atuação .....	19
Tabela 6 – 50 melhores escolas classificadas no ENEM em 2011 .....	20
Tabela 7 – Notas alunos escolas públicas versus privada IDEB por ano.....	23
Tabela 8 – Investimento público direto por estudante de 2000 a 2010 .....	31
Tabela 9 – Alunos por segmento.....	34
Tabela 10 – Mensalidade por segmento .....	35
Tabela 11 – Média de alunos por segmento, alunos por turma e total de turmas .....	35
Tabela 12 – Resumo premissas para receita .....	36
Tabela 13 – Estrutura de custos.....	38
Tabela 14 – DRE resumido .....	39
Tabela 15 – Diferença situação atual versus parceria com governo premissas alunos e turmas .....	39
Tabela 16 – Mensalidades escola particular com parceria Governo .....	41
Tabela 17 – DRE resumido parceria governo .....	42
Tabela 18 – Lucro líquido em função do valor pago pelo Governo por aluno .....	43
Tabela 19 – Lucro líquido em função da ocupação da escola .....	43

## **Índice de Gráficos**

Gráfico 1 – PIB per capita Coréia do Sul versus Brasil de 1961 a 2010 .....	12
Gráfico 2 – Resultados PISA 2009.....	14
Gráfico 3 – Gasto percentual com Educação em relação ao PIB.....	15
Gráfico 4 – Taxa de analfabetismo no Brasil.....	16
Gráfico 5 – Participação das escolas privadas por segmento no RJ.....	20

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 Objetivo

A universalização da educação com qualidade é uma necessidade de todos os países, em especial daqueles que estão passando por transformações sócio-econômicas, como o Brasil atualmente. Muitas mudanças estão sendo feitas para que o acesso ao Ensino Superior seja mais democrático e igualitário entre as classes econômicas. Para tal, o Governo tem priorizado medidas como a reserva de vagas de acordo com aspectos raciais e de renda. No entanto, o foco na preparação e na base, adquiridos durante a Educação Básica, é um aspecto relevante e que merece atenção das autoridades. Os investimentos públicos em Educação Básica vêm crescendo e a previsão é que continuem a crescer, porém fatores como ausência de competição e problemas de gestão, alinhados ao *background* familiar dos alunos, fazem com que os resultados das escolas públicas quando comparados aos das privadas sejam ainda significativamente inferiores. O trabalho objetiva mostrar que é possível haver um modelo de parceria público-privada (PPP) de forma que as vagas ociosas das escolas privadas possam ser ocupadas por estudantes da rede pública, o que levaria a uma maior descentralização da Educação Básica, gerando competição e provável melhora da qualidade da Educação pública sem aumentar os níveis de gasto do Governo.

### 1.2 Motivação

Para atingir o objetivo, inicialmente será feita uma exposição da realidade atual do setor no país, com a apresentação de dados relevantes e comparações com alguns

países que são casos de sucesso em Educação Básica. Em seguida, serão apresentados modelos de PPPs implementados em outros países, como Chile, Colômbia e Estados Unidos, analisando-se as principais características, resultados e deficiências de cada um.

Após isso, será feito um estudo com foco no estado do Rio de Janeiro, onde será modelado um colégio típico, com quantidade de alunos, mensalidade média, custos e resultados, permitindo que se tenha uma visão muito próxima da realidade das escolas privadas quanto a resultados financeiros e ociosidade de vagas. Uma vez com esse colégio modelado, serão feitas simulações preenchendo-se as vagas ociosas com alunos da rede pública, com valores pagos pelo Governo iguais ou inferiores ao gasto médio direto do Governo com Educação Básica atualmente. Caso a escola privada fique em uma condição melhor do que inicialmente, concluímos que a PPP pode ser viável.

### **1.2.1 Cenário Educação Básica**

As últimas décadas consolidaram a ideia de que a educação é o principal ativo de uma nação e condição indispensável a qualquer democracia. É por meio dela que se alcançam níveis elevados de inovação e competitividade, sendo necessária para garantir o bem-estar da população a longo prazo.

Nessa perspectiva, vem crescendo a importância e a atenção dispensada à educação de base, que vai desde a educação infantil até o ensino médio, passando pelas duas etapas do ensino fundamental. É consenso que a educação básica tem o papel mais importante na vida acadêmica de uma pessoa, uma vez que uma base forte é pilar para aprendizados mais específicos. Em contrapartida, torna-se bem

mais difícil uma evolução escolar quando os conceitos nos anos iniciais não foram bem ensinados e assimilados.

Alguns países perceberam isso e voltaram suas políticas para esse setor, visando a um crescimento sustentável de longo prazo. Talvez o caso mais conhecido seja o da Coreia do Sul, que, na década de 1960, começou a investir fortemente em educação. Ao longo dos anos, os asiáticos praticamente erradicaram o analfabetismo e colocaram cerca de 80% dos jovens na universidade. A mesma porcentagem de crianças passa pelo menos 10 horas por dia na sala de aula atualmente. O resultado foi excelente: o país saiu de 900 dólares de renda per capita em 1960 para 19 mil dólares atualmente.

**Gráfico 1 – PIB per capita Coréia do Sul versus Brasil de 1961 a 2010**



Fonte: Wolfram alpha

O gráfico acima mostra a evolução da renda per capita (em dólares) do Brasil e da Coreia do Sul desde 1960. Nota-se que o esforço em melhorias educacionais despendido pelo governo coreano não trouxe resultados na renda a curto prazo. E isso já era esperado: a educação de qualidade tende a levar uma nação a um novo patamar de tecnologia e bem-estar, mas é certo que isso não acontece de um dia

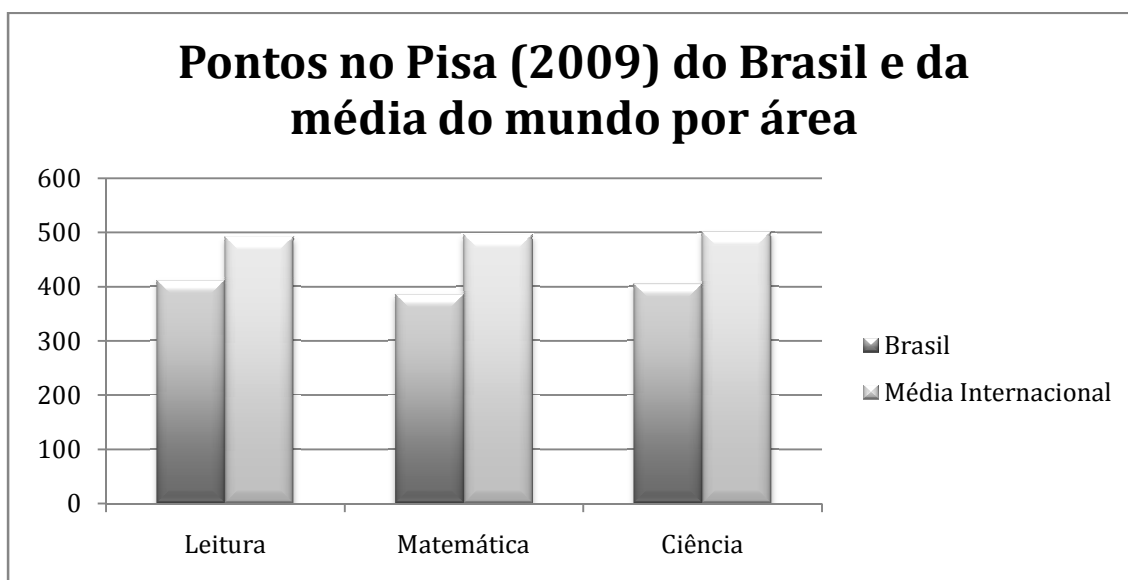
para o outro. Entretanto, percebe-se claramente que, a partir de meados da década de 1980, quando a geração de estudantes de duas décadas anteriores já estava imersa no mercado de trabalho, há um salto na renda da população desse país. Os coreanos conseguiram agregar mais valor e gerar mais riqueza em seus empregos a partir daí. Atualmente, empresas desse país brigam (e, em muitos casos, superam) em mercados de altíssima tecnologia, antes dominados por EUA, Alemanha e Japão. É a consequência natural de anos de investimento bem aplicado em educação.

O sucesso do modelo coreano inspirou outros países. A China vem elevando e melhorando suas despesas com educação nos últimos tempos. Mais do que isso: o fortalecimento do setor educacional naquele país tem sido um dos pilares dos últimos anos. Programas como o das escolas padrão de Xangai, os maciços investimentos em pós-graduação no exterior e a tomada do segundo lugar no mundo em gastos com pesquisa e desenvolvimento confirmam essa ideia. Os resultados em quantidade de patentes criadas no país ou em quantidade de empresas de altíssima tecnologia no radar mundial ainda não apareceram de forma agressiva. Entretanto, Xangai já é detentora do primeiro lugar do Pisa (sigla em inglês para Programa Internacional para Avaliação de Alunos), principal ranking de avaliação internacional de ensino. Isso faz com que o país tenha um futuro promissor. A China tinha 5,5 mil dólares de renda per capita anual em 2010 e a expectativa é chegar a 16 mil dólares em 2030.

De acordo com o último relatório do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), de 2009, o Brasil ocupa a 53ª posição, dentre 65 países pesquisados. A partir do gráfico abaixo, que mostra a pontuação do país em relação à média de todos os

participantes, nota-se que estamos ainda defasados em todas as áreas do conhecimento.

**Gráfico 2 – Resultados PISA 2009**



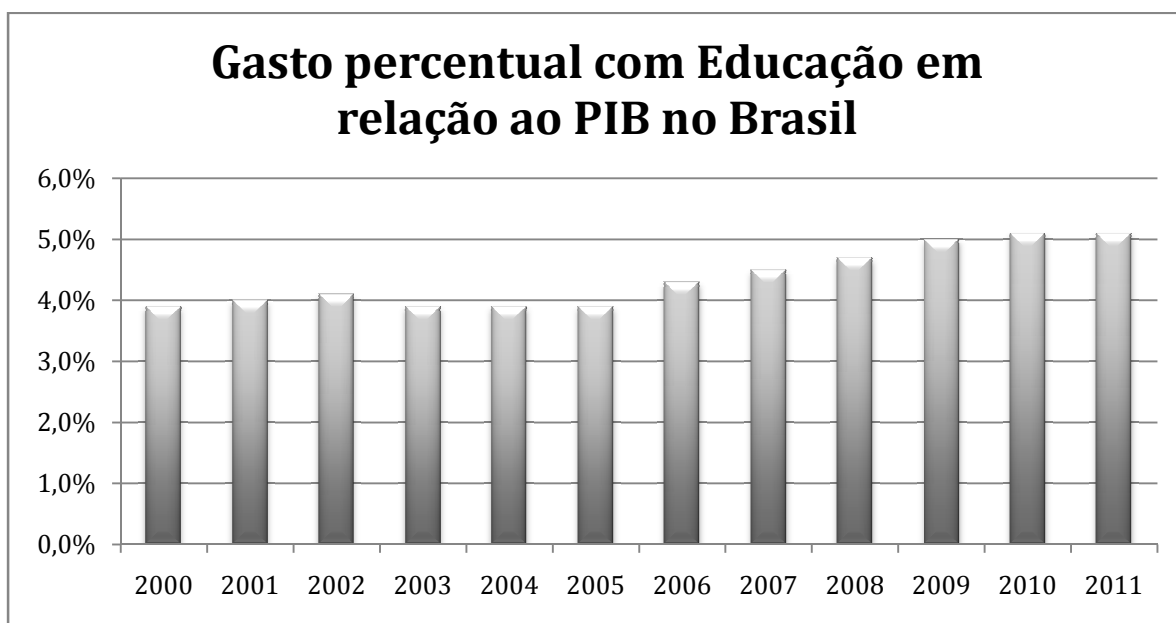
Fonte: Pisa 2009.

O governo brasileiro parece ter acordado para esse fato e tem se mostrado mais atento ao setor. A presidente Dilma Rousseff pretende sancionar a lei do novo Projeto Nacional da Educação (PNE), que prevê aumento gradativo nos gastos com educação, dos atuais 5,1% do PIB para 7% em 5 anos (até 2017) e 10% do PIB em 10 anos (até 2022), financiados com as receitas oriundas da exploração do pré-sal. Parece ser um excelente começo, mas há de se pensar também na melhor forma de investir esse montante para que não haja alocação ineficiente de recursos.

O gráfico abaixo mostra a evolução das despesas com educação no país em relação ao PIB desde o ano 2000. Nota-se um leve viés ascendente a partir do ano de 2006. Entretanto, sair dos atuais 5,7% (dados estimados de 2012) para 10% em 2022 representa praticamente dobrar os investimentos no setor. Além disso, por causas demográficas, estima-se que, nos próximos 20 anos, a população em idade escolar

de base vai decrescer em cerca de 20%. Isso implica que o investimento por aluno deve mais do que dobrar nesse período.

**Gráfico 3 – Gasto percentual com Educação em relação ao PIB**



Fonte: IBGE e INEP

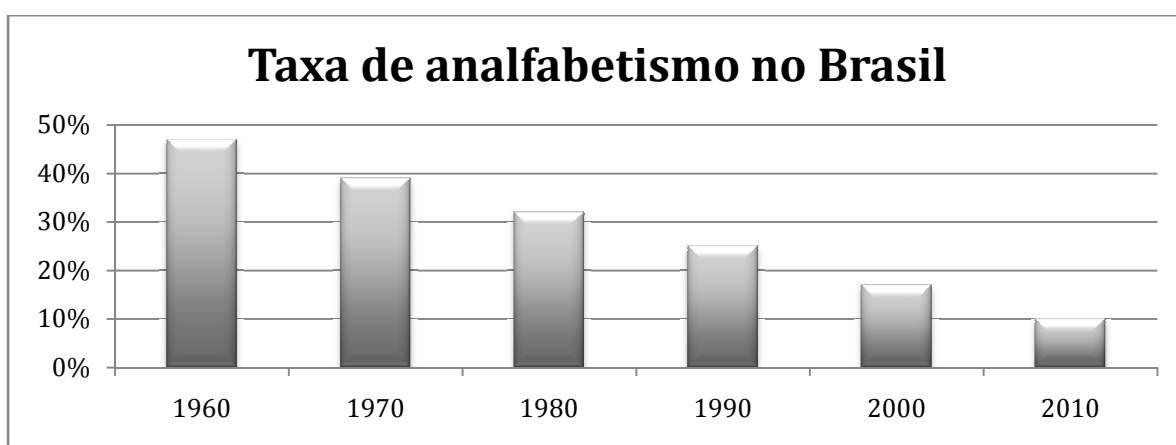
Com o compromisso de separar 7% do PIB para o setor educacional, o Brasil estaria entre os quatro maiores investidores em educação do mundo, ficando atrás apenas de Dinamarca (8,7%), Islândia (7,8%) e Noruega (7,3%), e à frente dos Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Alemanha e Coreia do Sul, que despende 5% do PIB com educação pública. A média dos investimentos nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 5,8%. Pela metodologia da OCDE, o Brasil chegou a 5,7% do PIB em 2012. Já com 10%, o Brasil será único no ranking, muito acima de todos os casos bem sucedidos na implementação de uma política educacional que conseguiu unir o volume de gastos com uma boa capacidade de alocação desses investimentos de modo a gerar qualidade. Dessa forma, é importante que o governo se atenha bastante à forma como vai investir todo esse capital.



Segundo Puccinelli (2009), que estudou o retorno dos investimentos diretos por aluno nos resultados obtidos, simplesmente alocar mais recursos não é suficiente. É necessária uma alocação eficiente desses recursos.

Os investimentos para a universalização da Educação Básica no Brasil devem levar em consideração dois indicadores importantes: a taxa de analfabetismo e a taxa de abandono. O analfabetismo no país, que de fato vem diminuindo de forma consistente, conforme mostrado no gráfico abaixo, vem sendo uma prioridade para o governo. Trata-se de um ponto fundamental, uma vez que aumenta a oferta de mão-de-obra mais qualificada e a consciência política dos cidadãos. Entretanto, nossa taxa atual de 7,9% (último dado divulgado pelo IBGE, de 2011) ainda é uma das mais altas do mundo. Outro fato negativo é a distribuição espacial desse dado pelo Brasil. Há uma concentração muito forte de analfabetos nas regiões Nordeste e Norte, com 15% e 9%, respectivamente. Já as regiões Centro-oeste, Sul e Sudeste apresentam taxas de 5,5%, 4,5% e 4,4%, respectivamente. Portanto, há de se pensar em uma forma de usar parte desses recursos para garantir o acesso mais igualitário à educação.

**Gráfico 4 – Taxa de analfabetismo no Brasil**



Fonte: IBGE

Outro ponto crucial está na taxa de abandono ao longo dos anos. Em recentes relatórios divulgados pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), pode-se verificar que apenas 40% dos adultos entre 25 e 34 anos possuem o ensino médio completo no Brasil. Se pensarmos em ensino superior, esse percentual cai para 10%. A média para os países pertencentes à OECD é de 77% e 32%, respectivamente. Portanto, é fácil notar que há um longo caminho a ser percorrido.

De acordo com o “Relatório Educação: gastos públicos e propostas de melhoria” elaborado pela FIESP em Outubro de 2010, o nível de escolaridade médio no Brasil verificado entre 2000 e 2010 foi de 6,14 anos. Caso a mesma quantidade de recursos fosse aplicada de maneira tão eficiente quanto a de um grupo de países estudado, o relatório mostra que poderia ser atingido o nível de escolaridade de 8,28 anos, o que elevaria o PIB per capita em 10,5%, no período de 1999 a 2008.

O desafio é grande, pois a demanda é muito ampla. A tabela abaixo mostra a quantidade de alunos em cada segmento da educação de base no Brasil e no estado do Rio de Janeiro, segundo censo escolar de 2011.

**Tabela 1 – Número de estudantes Educação Básica no Brasil e no RJ por segmento**

	<b>Brasil</b>	<b>% Brasil</b>	<b>RJ</b>	<b>% RJ</b>
Educação Infantil	6.980.052	15,3%	501.956	14,8%
Ensino Fundamental	30.358.640	66,4%	2.277.461	67,2%
Ensino Médio	8.400.689	18,4%	609.680	18,0%
<b>Total</b>	<b>45.739.381</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.389.097</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: INEP.

São quase 50 milhões de crianças e adolescentes em fase escolar no país em 2012. Se considerarmos também os estudantes das universidades públicas, tem-se mais 2 milhões. O investimento por aluno costumava ser muito maior no ensino superior há 10 anos. Todavia, essa distância vem ficando cada vez menor com a elevação dos gastos por aluno na educação de base. Hoje, as despesas com educação infantil e ensinos fundamental e médio representam mais de 90% do orçamento da educação do país. Isso pode sinalizar que já está havendo a preocupação de que é essencial que o aluno chegue à universidade com uma boa formação.

A forma como esses alunos se distribuem entre instituições públicas (federais, estaduais e municipais) e privadas de acordo com o segmento encontra-se nas tabelas abaixo.

**Tabela 2 – Alunos Educação Infantil por esfera de atuação**

<b>Educação Infantil</b>				
	<b>Brasil</b>	<b>% Brasil</b>	<b>RJ</b>	<b>% RJ</b>
Federal	2.552	0,0%	487	0,1%
Estadual	64.652	0,9%	897	0,2%
Municipal	4.954.341	71,0%	290.883	57,9%
Privada	1.958.507	28,1%	209.689	41,8%
<b>Total</b>	<b>6.980.052</b>	<b>100,0%</b>	<b>501.956</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: INEP.

**Tabela 3 - Alunos Ensino Fundamental por esfera de atuação**

<b>Ensino Fundamental</b>				
	<b>Brasil</b>	<b>% Brasil</b>	<b>RJ</b>	<b>% RJ</b>
Federal	25.096	0,1%	10.748	0,5%
Estadual	9.705.014	32,0%	367.290	16,1%
Municipal	16.526.069	54,4%	1.314.111	57,7%
Privada	4.102.461	13,5%	585.312	25,7%
<b>Total</b>	<b>30.358.640</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.277.461</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: INEP.

**Tabela 4 - Alunos Ensino Médio por esfera de atuação**

<b>Ensino Médio</b>				
	<b>Brasil</b>	<b>% Brasil</b>	<b>RJ</b>	<b>% RJ</b>
Federal	114.939	1,4%	14.364	2,4%
Estadual	7.182.888	85,5%	469.870	77,1%
Municipal	80.833	1,0%	6.301	1,0%
Privada	1.022.029	12,2%	119.145	19,5%
<b>Total</b>	<b>8.400.689</b>	<b>100,0%</b>	<b>609.680</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: INEP.

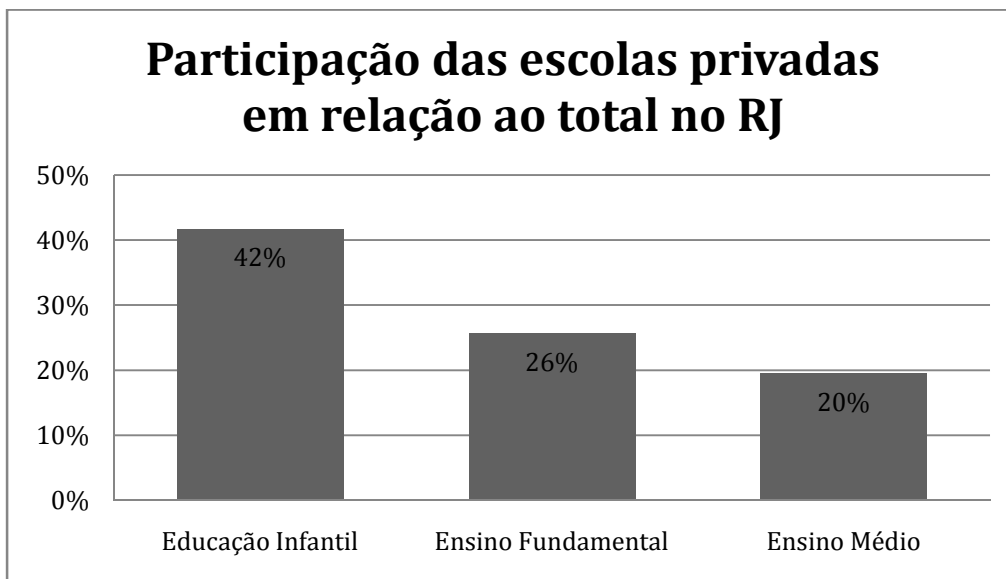
**Tabela 5 – Alunos Educação Básica por esfera de atuação**

<b>Todos os segmentos</b>				
	<b>Brasil</b>	<b>% Brasil</b>	<b>RJ</b>	<b>% RJ</b>
Federal	142.587	0,3%	25.599	0,8%
Estadual	16.952.554	37,1%	838.057	24,7%
Municipal	21.561.243	47,1%	1.611.295	47,5%
Privada	7.082.997	15,5%	914.146	27,0%
<b>Total</b>	<b>45.739.381</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.389.097</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: INEP.

Com relação às escolas públicas, nota-se uma concentração de alunos de educação infantil e ensino fundamental na esfera municipal e de alunos de ensino médio sob os cuidados do poder estadual. Essa é a política majoritariamente adotada no país. As instituições federais costumam se voltar ao ensino superior, salvo algumas exceções.

Ao analisar o mercado da educação privada, nota-se que há uma concentração maior nos anos mais inferiores. A tabela abaixo mostra a fatia de mercado da rede privada em relação ao total no estado do Rio de Janeiro.

**Gráfico 5 – Participação das escolas privadas por segmento no RJ**

Fonte: INEP e IBGE

Visando a melhorar a educação do país, o governo tem adotado algumas medidas relevantes. Dentre elas, pode-se citar: i) criação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); ii) criação de índices para avaliação da escolaridade dos estudantes.

A proposta do ENEM é ser um exame de qualificação de alto nível, cuja nota seja utilizada de forma unificada em todo o Brasil por meio do Sisu (Sistema de Seleção Unificada) para ingresso no ensino superior; em especial, nas faculdades públicas federais do país. Em 2012, aproximadamente 2 milhões de estudantes se inscreveram no Sisu, número que coloca o exame como o segundo mais abrangente do planeta (só a China tem mais alunos em seu exame unificado).

Ao final de cada ano, o governo divulga o resultado do ENEM por escola. Nota-se uma massiva diferença entre os resultados de escolas públicas e privadas. Em 2011, por exemplo, das 50 escolas mais bem colocadas, apenas 3 eram públicas. E trata-se de um fato recorrente.

**Tabela 6 – 50 melhores escolas classificadas no ENEM em 2011**

	Nome	UF	Rede	Nota	Taxa
<b>1º</b>	OBJETIVO COLEGIO INTEGRADO	SP	Privada	737.15	100
<b>2º</b>	COLEGIO ELITE VALE DO ACO	MG	Privada	718.88	90
<b>3º</b>	COLEGIO BERNOULLI - UNIDADE LOURDES	MG	Privada	718.18	83.46

<b>4º</b>	VERTICE COLEGIO UNID II	SP	Privada	715.00	76.19
<b>5º</b>	COLEGIO ARI DE SA CAVALCANTE	CE	Privada	710.55	90.38
<b>6º</b>	INST DOM BARRETO	PI	Privada	707.07	82.41
<b>7º</b>	INTEGRADO DE MOGI DAS CRUZES OBJETIVO COLEGIO	SP	Privada	706.12	87.18
<b>8º</b>	COL DE APLICACAO DA UFV – COLUNI	MG	Federal	704.29	91.25
<b>9º</b>	COLEGIO SANTO ANTONIO	MG	Privada	702.31	84.45
<b>10º</b>	COL DE SAO BENTO	RJ	Privada	702.17	88.14
<b>11º</b>	COLEGIO HELYOS	BA	Privada	694.59	75.93
<b>12º</b>	OBJETIVO JUNIOR COLEGIO	SP	Privada	693.48	100
<b>13º</b>	COLEGIO SANTO AGOSTINHO	MG	Privada	690.56	91.02
<b>14º</b>	COLEGIO MAGNUM AGOSTINIANO - NOVA FLORESTA	MG	Privada	689.18	90.67
<b>15º</b>	MOBILE COLEGIO	SP	Privada	687.25	79.51
<b>16º</b>	COLEGIO POSITIVO - ENSINO MEDIO – SEDE	PR	Privada	686.55	80.42
<b>17º</b>	COLEGIO BANDEIRANTES	SP	Privada	686.42	72.43
<b>18º</b>	COLEGIO SAO JOAO BATISTA NOVA FRIBURGO	RJ	Privada	686.10	84.62
<b>19º</b>	COLEGIO MOTIVO - UNIDADE II	PE	Privada	685.89	69.64
<b>20º</b>	ETAPA COLEGIO	SP	Privada	685.25	85.57
<b>21º</b>	COL LOYOLA	MG	Privada	682.58	86.11
<b>22º</b>	COLEGIO EQUIPE	PE	Privada	680.41	87.74
<b>23º</b>	MENDEL COLEGIO AGOSTINIANO	SP	Privada	680.25	82.1
<b>24º</b>	FARIAS BRITO PRE VESTIBULAR ALDEOTA	CE	Privada	680.10	91.58
<b>25º</b>	COLEGIO SANTA MARCELINA	MG	Privada	678.96	92.73
<b>26º</b>	LEONARDO ANGLO COLEGIO	SP	Privada	678.64	79.17
<b>27º</b>	COLEGIO WR	GO	Privada	678.50	90.15
<b>28º</b>	COLEGIO CRUZEIRO-CENTRO	RJ	Privada	678.21	94.38
<b>29º</b>	COLEGIO DE APLICACAO DO CE DA UFPE	PE	Federal	676.95	83.67
<b>30º</b>	CE LEONARDO DA VINCI	ES	Privada	676.66	81.02
<b>31º</b>	COL OLIMPO	DF	Privada	675.08	87.5
<b>32º</b>	ADV COLEGIO UNIDADE II	SP	Privada	675.08	83.33

<b>33º</b>	UIRAPURU COLEGIO	SP	Privada	674.96	76.92
<b>34º</b>	COLEGIO SANTO INACIO	RJ	Privada	674.58	86.49
<b>35º</b>	COL SANTO AGOSTINHO UNIDADE NOVA LIMA	MG	Privada	673.49	87.04
<b>36º</b>	COLEGIO IPIRANGA	RJ	Privada	673.33	85.71
<b>37º</b>	CEV COLEGIO UNIDADE JOCKEY	PI	Privada	673.22	77.27
<b>38º</b>	COLEGIO SANTA CATARINA	MG	Privada	673.20	88.03
<b>39º</b>	COLEGIO SANTA DOROTEIA	MG	Privada	672.71	82.43
<b>40º</b>	IFES-CAMPUS VITORIA	ES	Federal	672.49	100
<b>41º</b>	OBJETIVO DO LITORAL CENTRO EDUCACIONAL UNID II	SP	Privada	671.81	91.89
<b>42º</b>	COLEGIO CRUZEIRO – JACAREPAGUA	RJ	Privada	671.79	95.83
<b>43º</b>	ESC BRETANHA JD INFANCIA TIO CARECA	RJ	Privada	671.53	72.22
<b>44º</b>	ANGLO LEONARDO DA VINCI COLEGIO	SP	Privada	671.15	100
<b>45º</b>	INSTITUTO GAYLUSSAC - ENS FUNDAMENTAL E MEDIO	RJ	Privada	671.14	100
<b>46º</b>	EDUCANDARIO SANTA MARIA GORETTI	PI	Privada	671.13	93.55
<b>47º</b>	COLEGIO PH	RJ	Privada	670.91	62.43
<b>48º</b>	ETAPA COLEGIO DE EFM	SP	Privada	670.62	83.86
<b>49º</b>	CENTRO EDUC ESPACO INTEGRADO	RJ	Privada	669.91	88.89
<b>50º</b>	COC DE EDUCACAO SISTEMA UNIDADE ALVARES CABRAL	SP	Privada	669.17	77.36

Fonte: INEP – Resultados Escolas ENEM 2011

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 com o objetivo de avaliar o rendimento escolar nos segmentos de ensino fundamental e ensino médio, que, juntos, somam cerca de 39 milhões de estudantes no país. O Ideb é calculado considerando a taxa de rendimento escolar (aprovação e evasão) e o desempenho dos alunos no SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e na Prova Brasil.

Abaixo, evidenciam-se as notas do Ideb de instituições particulares e públicas nas avaliações de 2007, 2009 e 2011. O Ensino Fundamental I equivale a do 1º ao 5º ano e o Ensino Fundamental II, do 6º ao 9º ano.

**Tabela 7 – Notas alunos escolas públicas versus privada IDEB por ano**

<b>Ensino Fundamental I</b>			
	<b>2007</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>
Escolas públicas	4,0	4,4	4,7
Escolas privadas	6,0	6,4	6,5
<b>Ensino Fundamental II</b>			
	<b>2007</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>
Escolas públicas	3,5	3,7	3,9
Escolas privadas	5,8	5,9	6,0
<b>Ensino Médio</b>			
	<b>2007</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>
Escolas públicas	3,2	3,4	3,4
Escolas privadas	5,6	5,6	5,7

Fonte: IDEB

Observa-se, mais uma vez, uma clara vantagem da rede particular, com notas 50% maiores, aproximadamente.

Os resultados das escolas públicas e das privadas no ENEM e no Ideb deixam claro a superioridade dos resultados obtidos pelos alunos de escolas privadas. Esse resultado por si só, embora seja um indicativo da superioridade da rede privada em relação à pública, não permite provar que o ensino privado prepare melhor o aluno. Há fatores relevantes a serem considerados, como, por exemplo, o *background* familiar. Segundo Menezes-Filho, há um viés de seleção que faz com que os alunos da rede privada tenham mais estrutura familiar e recursos que possibilitem um aprendizado mais abrangente. Uma análise mais aprofundada do assunto foge ao escopo deste trabalho. No entanto, conforme o estudo “Relatório Educação: gastos públicos e propostas de melhoria”, elaborado pela FIESP em Outubro de 2010, a rede pública possui muitas ineficiências em gestão. Como o professor e a equipe de gestão são partes muito relevantes no processo de aprendizado do aluno na Educação básica, o fato de os professores e gestores da rede privada ganharem salários consideravelmente superiores aos da rede pública, naturalmente faz com que os melhores profissionais estejam naquelas escolas. Outro ponto é a competição. Como o mercado privado, diferentemente do público, é competitivo, há



um processo natural de busca de melhoria e seleção. Embora haja algumas iniciativas da rede pública no sentido de implementar meritocracia com gestores e professores, uso de mais tecnologia na educação, entre outras, tais mudanças são lentas e muitas vezes descontínuas, uma vez que dependem muito do gestor público que está ocupando o cargo. Apesar das ressalvas, para o estudo em questão, será considerado que a rede particular de ensino básico oferece atualmente, na média, uma educação de qualidade significativamente superior para um estudante.

O governo pretende elevar os gastos com educação para até 10% do PIB, mas é necessário que se pense de que forma esses recursos podem ser melhor aproveitados.

Melhorar a qualidade da rede pública requer um aumento no investimento em educação. No entanto, não se trata apenas de volume. O governo deve tomar decisões coerentes e acertadas, de forma a otimizar os recursos disponibilizados.

Nessa perspectiva, uma parceria entre governo e escolas particulares poderia ser extremamente positiva para ambos os lados. Medidas nesse sentido podem aumentar a qualidade da educação oferecida aos estudantes e, ao mesmo tempo, desafogar parte do muitas vezes esgotado sistema de ensino público no país.

O governo já chegou à conclusão de que é mais interessante delegar à iniciativa privada grandes obras de infraestrutura e operação de grandes rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. É mais rápido e mais eficiente. Pode ser um bom momento para estender esse progresso à educação. Ao se aproveitar da melhor qualidade das instituições particulares de ensino, o governo pode dar um salto de qualidade de forma rápida e se beneficiar dos resultados em um espaço de tempo mais curto.

## **2. Experiência internacional**

Alguns países já tentaram modelos de parceria entre o Governo e escolas privadas. A Colômbia e o Chile implementaram o modelo de “*voucher*”, pelo qual o Governo confere um subsídio, que pode ser parcial ou integral, para que auxilie no pagamento de uma escola privada. Nos Estados Unidos, há o modelo de “*charter school*”, por meio do qual as escolas são arrendadas a um grupo de professores ou gestores.

## 2.1 Colômbia e Chile – “Voucher”

Ambos os países implementaram o sistema de “*voucher*” para a Educação básica. A exemplo da parceria proposta nesse trabalho, o objetivo dos países era aumentar a qualidade de ensino, o aumento da participação das crianças e adolescentes nas escolas e o incremento da competição entre as escolas públicas e privadas.

O modelo em questão tem como base o fornecimento de um valor pelo Governo às famílias dos estudantes para que esses escolham as escolas que seus filhos irão estudar, independente de serem públicas ou privadas. Geralmente o valor dos subsídios está ligado ao grau da regulamentação que o Governo exerce sobre o ensino particular: quanto maior o controle, maiores os subsídios.

O sistema, assim como os demais, se baseia na ideia de que o Governo tem um papel fundamental no financiamento de uma educação de qualidade e gratuita. No entanto, o sistema separa os papéis, deixando o governo como financiador e a rede privada e a pública como executores.

Um dos pilares do modelo é a competição entre as escolas, que possuem gestão independente. Como a escolha passa a ser dos pais, as escolas melhores e mais preparadas receberão a maior parte dos alunos e, conseqüentemente, dos recursos.

Na Colômbia, o programa de voucher fez parte de uma transformação na educação pela qual o país passou no fim da década de 80 e início de 90, em que o Governo central transferiu poder para as instituições locais e expandiu o papel das instituições privadas na provisão de serviços públicos. O sistema foi motivado na capacidade ociosa da rede privada, que detinha 40% dos estudantes colombianos e foi iniciado em 1991.

O programa teve uma abrangência pequena, cobrindo apenas o Ensino Médio no país. Em todos os anos, a demanda pelos “vouchers” foi maior do que a oferta. Os alunos eram escolhidos por meio de um sistema de loteria e, para participarem, deveriam necessariamente ser oriundos de famílias pobres, estar matriculados em uma escola pública no ensino fundamental e ter acesso garantido ao Ensino Médio. Além da restrição aos estudantes, só podiam participar as escolas privadas cujos municípios fossem participantes.

De acordo com um estudo de Harry Patrinos (2001), as crianças que receberam “vouchers” tiveram de 15 a 20% mais chance de terminar o Ensino Médio, 5% menos probabilidade de repetir o ano, obtiveram melhores médias na escola e apresentaram muito mais interesse em prestar exames de admissão em universidades.

Esse resultado foi alcançado com um custo inferior ao da rede pública, ou seja, o governo foi capaz de oferecer aos estudantes de baixa renda um ensino de melhor qualidade com um custo igual a 77% ao de um aluno da rede pública, segundo o ICETEX (Instituto Colombiano para Educação, Crédito e Treinamento no Exterior).

Apesar dos resultados, houve uma diminuição do número de adeptos a partir do terceiro ano – 1994 – muito em função da má administração do programa, com atrasos no pagamento e outras falhas. Segundo King (1997), “o instituto não estava preparado para uma carga tão pesada de atividades”. Além disso, houve uma perda do poder de compra dos vouchers, fazendo com que muitas famílias não pudessem complementar a diferença para o valor total das mensalidades nas escolas.

No Chile, a implementação do programa de voucher se deu em 1981, 10 anos antes em relação ao colombiano. Foi bem mais abrangente, uma vez que se estendia desde o Ensino Infantil até o Ensino Médio, ou seja, abrangia toda a Educação Básica. O subsídio oferecido era equivalente à média de gastos por estudante do Ministério da Educação e totalmente a cargo do Governo Federal. Com os vouchers todas as escolas públicas e privadas recebiam o mesmo montante por aluno, variando muito pouco em função da região (área rural) para compensar o custo de vida, do nível educativo (pré-escola, fundamental, médio, técnico) e do regime integral ou parcial.

O programa cobriu mais de 90% dos alunos em idade escolar, sendo o mais abrangente da América Latina e o único sistema estabelecido em escala nacional com mais de 15 anos de duração.

Como um dos objetivos do programa é dar liberdade às famílias para que escolham a instituição de ensino dos filhos, com o intuito de fornecer informação para tal escolha, foi implementado, em 1988, o Sistema de Medição de Qualidade da Educação com o objetivo de compilar informações a respeito do rendimento escolar

dos alunos, avaliado por testes padronizados com conteúdo de matérias básicas como língua materna e matemática.

Considerando os resultados de 1996, as escolas municipais e particulares subsidiadas apresentaram um desempenho inferior quando comparado às escolas particulares pagas. No entanto, os colégios públicos apresentaram uma pontuação inferior em relação aos particulares subsidiados, ou seja, o sistema foi mais eficiente nas escolas particulares do que nas públicas.

Os testes verificaram um maior aproveitamento dos alunos ao longo do tempo o que sugere uma melhora na qualidade de ensino. No entanto, não é claro que tais testes tenham sido desenhados de maneira a ser possível comparar os resultados com o passar dos anos.

De acordo com o Ministério da Educação chileno, após a implantação do programa foi registrada uma queda na taxa de abandono que passou de 8,1% em 1981 para 1,5% em 1998 enquanto o índice de aprovação aumentou em 13%.

O estudo de Sapelli e Aedo (2002) mostrou que em média o estudante da escola municipal demora 9,9 e 5,9 anos para completar os ensinos fundamental e médio, respectivamente. Quando analisados os dados das escolas privadas com subsídio estes números caem para 9,6 e 4,9 anos, sugerindo maior eficiência no aprendizado.

Outro resultado do programa foi uma grande migração dos alunos das escolas públicas para as privadas. De acordo com Arenas (2004), até 1996, as matrículas nas escolas públicas sofreram uma queda de 60%, enquanto nas privadas subsidiadas houve um aumento de 34%, permitindo a abertura de mais de 1000 escolas privadas. Um dado importante é que nas escolas privadas não participantes do programa as matrículas se mantiveram constantes.

Em ambos os modelos, tanto no Chile como na Colômbia, as escolas tinham a possibilidade de rejeitar alunos, baseadas em um critério de seleção. Na Colômbia, como havia um sorteio dos vouchers e todos os alunos tinham que ser, necessariamente, oriundos da rede pública, a distribuição dos alunos entre as escolas foi mais igualitária. No caso do Chile, houve uma migração forte dos alunos de ponta para as escolas privadas mais bem conceituadas, polarizando ainda mais a educação.

Os desafios do sistema de voucher são parecidos com os do modelo proposto nesse trabalho. Dentre os principais, destacam-se um sistema de avaliação completo do desempenho dos alunos e das escolas, distribuição igualitária e abrangente do benefício para as classes mais baixas, valores compatíveis com a realidade do mercado privado e gestão administrativa competente do programa.

## **2. 2 Estados Unidos – “*Charter School*”**

As *charter schools* operam em um nicho entre escolas públicas e privadas. São escolas não estatais, integradas no serviço público de educação, financiadas com dinheiro público e com ampla autonomia curricular, administrativa e pedagógica. O movimento das “*charter schools*” começou há duas décadas e abrange, hoje em dia, mais de 5.000 estabelecimentos escolares nos Estados Unidos, tendo surgido como uma alternativa ao sistema público tradicional e trazendo mais liberdade de escolha para as famílias quanto à educação dos filhos.

Foram vários os objetivos do governo americano ao implementar as *charter schools*: aumentar as oportunidades de aprendizagem e proporcionar acesso a uma educação de qualidade para as pessoas; criar escolha para os pais e alunos do sistema público de ensino; proporcionar um sistema de responsabilização por resultados na educação pública; incentivar práticas pedagógicas inovadoras; criar novas oportunidades profissionais para professores; incentivar o envolvimento da comunidade e dos pais na educação pública e melhorar o aproveitamento do ensino público.

De um modo geral, as “*charter schools*” não se sujeitam aos regulamentos nem à legislação produzida pelas autoridades educativas federais, estaduais ou locais. Têm também autonomia para recrutar professores e para estabelecer contratos de trabalho. A seleção dos alunos não pode ser feita pelas notas ou pelo rendimento das famílias, sendo a entrada feita por um sistema de loteria.

Um grupo privado de pessoas pode apresentar e ter aprovada uma carta para executar sua própria escola. As cartas são dadas geralmente por um prazo de 3 a 5 anos. O financiamento às *charter schools* é feito mediante o pagamento do custo anual padrão por aluno, o que não inclui as instalações.

Os professores que dirigem a escola assinam um contrato em que se responsabilizam por atingir determinados resultados, que abrangem amplas melhorias nas classificações dos alunos em testes padronizados. Se os professores que dirigem a escola conseguirem atingir as metas contratuais, o contrato é renovado e a escola continua a ser gerida com total independência curricular e administrativa. Se a equipe dirigente não conseguir atingir as metas, o contrato é denunciado e a escola volta a ser dirigida por um diretor nomeado pelas autoridades municipais ou estaduais de educação e a autonomia curricular e administrativa é retirada.

O crescimento das *charter schools* nos EUA vem sendo acompanhado da redução do número de escolas públicas, o que mostra um movimento de descentralização das decisões educacionais naquele país.

Quanto aos resultados, há vários estudos avaliando e comparando a performance dos alunos das *charter schools* com a dos alunos do sistema público tradicional.

O estudo de Hoxby (2004) analisou o desempenho de quase todos os alunos de *charter schools* do ensino fundamental no país e comparou com o resultado de alunos da rede pública tradicional nas mesmas vizinhanças. O estudo mostrou que os estudantes das *charter* foram melhores tanto em leitura como em matemática. Além disso, o estudo mostrou que a superioridade foi ainda mais acentuada nos alunos das *charter schools* mais antigas. Alunos que estudavam em tais escolas há mais de 9 anos obtiveram os melhores resultados.

Outro estudo significativo foi conduzido por uma equipe liderada por Kane (2009), que mostrou que os estudantes de *charter schools* de Boston superam os seus pares em outras escolas públicas da região. Os efeitos positivos das *charter* sobre o resultado dos alunos foram encontrados, tanto no ensino fundamental e no ensino médio, como também na comparação por matérias. O impacto na matemática do ensino fundamental foi particularmente acentuado – o aumento do desempenho relativo do aluno foi de 40% em um ano. No ensino médio, alunos das *charter schools* mostraram resultados mais efetivos em língua inglesa, artes, matemática e desenvolvimento do tema e velocidade de escrita na redação. As escolas *charter* deste estudo escolhiam os alunos por loteria. Para mostrar que não houve “creaming”, ou seja, que as *charter* não selecionaram os melhores alunos, os

estudantes dessa pesquisa foram comparados com os seus pares que se candidataram a vagas nas *charter*, mas que não foram sorteados.

Portanto, apesar de haver casos em que algumas *charter schools* não atingiram as metas contratuais e foram fechadas, os estudos mostram que, de um modo geral, elas melhoraram os resultados obtidos por seus estudantes, passando a ser uma boa alternativa ao sistema público tradicional.

O conceito do modelo, baseado na cobrança e no alinhamento de interesses entre o governo e um grupo privado de administradores e professores, parece ter levado ao aumento da qualidade na educação pública americana.

### **3. Modelo de Parceria Público-privada (PPP) no Brasil**

Como exposto anteriormente, apesar das evoluções da rede pública e da diferença de *background* familiar dos alunos, há evidência de que a qualidade da Educação Básica oferecida pelas escolas privadas no Brasil é, na média, superior à oferecida pelas públicas.

Dessa forma, é natural pensar que fazer uso da rede privada para oferecer educação pública faça com que a competição pelos recursos públicos aumente, o que gera benefícios para os estudantes. Para uma análise mais minuciosa da viabilidade dessa ideia, é importante levar em consideração também os custos e benefícios para o governo e para a rede privada de escolas.

O modelo será viável se todos os agentes – estudantes, governo e escolas privadas – ficarem melhores do que se encontram atualmente.

Partindo da premissa de que a qualidade do ensino melhora, a PPP seria certamente benéfica aos estudantes e ao Governo, gerando uma força de trabalho mais preparada técnica e politicamente, mais capaz para levar o país a um crescimento sustentado. Portanto, resta avaliar se o atual gasto por aluno do Governo seria suficiente para viabilizar o pagamento de uma vaga na rede privada.

Além disso, é importante propor como seria a seleção dos alunos da rede pública e o credenciamento das escolas privadas aptas a participarem da parceria.

### 3.1 Custos Educação pública

Pela metodologia da OCDE, os gastos com Educação no Brasil chegaram a 5,7% do PIB em 2012. A tabela abaixo mostra o gasto por aluno desde o ano 2000, com valores atualizados para 2012.

**Tabela 8 – Investimento público direto por estudante de 2000 a 2010**

Ano	Investimento Público Direto por estudante (R\$1,00)					
	Níveis de Ensino					
	Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Superior
			De 1ª a 4ª séries ou anos iniciais	De 5ª a 8ª séries ou anos finais		
2000	1.728	1.977	1.698	1.735	1.647	19.096
2001	1.792	1.784	1.679	1.889	1.876	18.874
2002	1.774	1.681	1.962	1.822	1.319	17.894
2003	1.803	1.934	1.900	1.804	1.515	15.678
2004	1.928	2.060	2.040	2.063	1.410	15.872
2005	2.045	1.950	2.283	2.173	1.426	16.140
2006	2.442	2.111	2.513	2.760	1.951	16.278
2007	2.852	2.576	2.998	3.123	2.288	17.258
2008	3.277	2.747	3.438	3.668	2.642	18.380
2009	3.547	2.717	3.824	3.989	2.788	18.598
2010	4.035	3.316	4.349	4.401	3.336	20.256

Fonte: INEP/MEC com valores atualizados para 2012

Como se pode perceber, os investimentos em Educação Básica cresceram bastante na última década. Considerando-se o valor mensal médio em 2010 tem-se R\$ 336,25 por aluno. Os investimentos públicos como percentual do PIB aumentaram em 2012, o que faz com que tal valor seja ainda mais alto. No entanto, para a



análise do presente trabalho, será considerado esse valor como o gasto direto mensal do governo com Educação Básica em 2012.

No entanto, este é apenas o custo direto do investimento. A maioria absoluta dos prédios e terrenos das escolas públicas do Governo são próprios, o que gera um altíssimo custo de oportunidade do capital imobilizado. Não estão sendo levados em consideração também os custos com aposentadoria e pensões, que oneram e muito o Governo no longo prazo.

As escolas em questão apresentam as mesmas ineficiências inerentes ao setor público. Raramente há incentivos diretos aos gestores e professores de forma que haja um comprometimento com os custos e com os resultados.

Conforme o “Relatório Educação: gastos públicos e propostas de melhoria” elaborado pela FIESP em Outubro de 2010, a deficiência na gestão da educação brasileira é o principal problema a ser enfrentado e pode resultar em evasão escolar, repetência, burocracia no sistema educacional, falta de acesso e alocação desigual de recursos entre os níveis educacionais.

A burocracia, em razão da má qualidade de gestão, leva a distorções que prejudicam muito a qualidade do ensino. No estado do Rio de Janeiro, por exemplo, 40% dos professores em atividade estão em desvio de função, cumprindo obrigações administrativas, em vez de estarem lecionando em salas de aula. Isso ocorre porque muitas vezes cargos administrativos pagam adicionais de salários, gerando um incentivo para o desvio de função.

Apesar de todos esses custos indiretos, para o presente estudo, a título de comparação de valores com as mensalidades da rede privada de colégios, será levado em consideração apenas o investimento direto do governo estimado de R\$ 336,25 em 2012 para a educação básica.

### **3.2 Custos Educação privada**

Apesar da educação de qualidade oferecida pelas escolas privadas, o cenário financeiro de muitas delas não é nada animador. A carga tributária para o setor é

bastante elevada, havendo poucos incentivos para uma expansão e investimentos adicionais.

As leis que regem o setor de Educação Básica muitas vezes protegem as famílias dos estudantes em detrimento das escolas. Um exemplo é a Lei 9870/99, que permite um aluno estudar durante todo o ano letivo, ainda que o responsável não cumpra suas obrigações financeiras para com o colégio. Apesar da motivação de proteger o aluno, quase sempre menor de idade, a consequência tem sido muito dura para as escolas privadas. De acordo com a FENEP (Federação Nacional das Escolas Particulares), no Rio de Janeiro, muitas escolas apresentam índices de inadimplência altíssimos, em torno de 22%. Essa é a principal razão pela qual uma grande quantidade de escolas encerra suas atividades a cada ano.

Outro dado relevante é a quantidade de vagas ociosas nas escolas particulares. Segundo dados do SINEPE - RJ (Sindicato dos Estabelecimentos de Educação do Rio), a ociosidade considerando-se apenas os turnos manhã e tarde é em média superior a 50%, ou seja, há vagas nas turmas existentes e salas de aula vazias, principalmente no turno da tarde. Quanto ao turno da noite, a ocupação é praticamente nula, não havendo nenhuma atividade nas escolas.

Diante dessa realidade, é natural pensar em ocupar essa ociosidade com vagas para alunos oriundos da rede pública. No entanto, para que isso faça sentido, o pagamento a ser efetuado pelo governo deve ser superior ao custo marginal dos alunos que preenchem essas vagas.

### **3.3 Metodologia**

Para avaliar-se a viabilidade de uma parceria como a proposta, modelou-se um colégio típico, no Estado do Rio de Janeiro, com tamanho, estrutura de alunos, receitas e custos condizentes com a média do Estado, a partir do qual foram feitas análises de resultados financeiros sem a parceria proposta. Em seguida, a análise foi feita considerando o preenchimento de parte da ociosidade dos turnos da manhã e da tarde com alunos cuja mensalidade média correspondia ao valor gasto pelo governo por aluno na Educação Básica. Por último, chegou-se a uma mensalidade média mínima necessária para que a escola fosse indiferente entre a parceria ou não, do ponto de vista financeiro, ou seja, o *breakeven* do modelo.

Para a modelagem do colégio típico do Rio de Janeiro e consequente análise de viabilidade da proposta do presente estudo, foi feita uma pesquisa abrangente partindo-se da base de dados disponível no INEP, contendo todos os colégios do estado do Rio de Janeiro. A base apresenta diversos dados, sendo os mais relevantes o município, o tipo de escola – que pode ser privada, comunitária, confessional ou filantrópica –, a quantidade de alunos por segmento, além de muitos outros dados cadastrais. O total de escolas na base é de 4.232, com a soma total de 914.146 alunos.

Como a ideia do estudo é uma parceria com escolas que possam absorver uma quantidade significativa de alunos da rede pública, faz sentido dar foco nas escolas com maior capacidade de alunos, que acolham os principais segmentos atendidos pelo Governo, que são o Fundamental e o Médio. Esse perfil de escola deveria ser o alvo do Governo para as parcerias. Essa restrição permitiria um número não tão elevado de escolas e faria com que o controle e a gestão da PPP não fossem tão complexos, o que aumenta as chances de sucesso do projeto.

Diante disso, foi feita uma filtragem inicial considerando-se apenas as escolas particulares e que atuassem nos segmentos Fundamental 1, Fundamental 2 e Médio. O total de escolas que atenderam ao critério foi de 558. Um último critério de seleção foi a quantidade mínima de 150 alunos somando-se os 3 segmentos analisados. Com isso, o estudo contou com uma base de 396 escolas, de diferentes municípios, com um total de alunos nos segmentos Fundamental 1, Fundamental 2 e Médio de 195.030. Do total de escolas, 235 são localizadas na capital, enquanto as demais se encontram no interior do Estado. A tabela abaixo resume alguns dados da amostra:

**Tabela 9 – Alunos por segmento**

<b>Alunos</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Média</b>	<b>Mediana</b>
EF1	71.594	180,79	140
EF2	81.749	206,44	162
EM	41.687	105,27	79
Total	195.030	492,5	392,5

Para uma referência de mensalidade média, foram selecionadas 38 escolas de diferentes tamanhos e espalhadas geograficamente por todo o Estado. Foi feita uma pesquisa entrando-se em contato com cada uma delas para confirmar a quantidade de alunos e a mensalidade média efetiva, por segmento e diferenciando-se o 3º ano do ensino Médio/Pré-vestibular dos demais anos do Ensino Médio. Mensalidade média efetiva é a realmente praticamente praticada pelo colégio, já considerando a política de descontos empregada em cada escola. A tabela abaixo traz um resumo:

**Tabela 10 – Mensalidade por segmento**

Mensalidade	Média	Mediana
EF1	R\$ 423,42	R\$ 395,00
EF2	R\$ 485,00	R\$ 440,00
EM	R\$ 552,37	R\$ 495,00
Pré-vestibular	R\$ 597,63	R\$ 520,00

Uma vez com uma estimativa de quantidade de alunos e mensalidade média por segmento, a receita da escola padrão pode ser projetada. Para tal, foi considerado que as escolas utilizam sistema de ensino, ou seja, obtêm ganhos de receita vendendo material didático aos alunos. Os valores considerados para tais materiais foram obtidos junto a um sistema de ensino de referência, com mais de 80 escolas conveniadas e com atuação apenas no Rio de Janeiro.

Foi projetada também a quantidade de turmas necessárias para a quantidade média de alunos. Para isso, foi utilizada a média de alunos por sala nas escolas no Rio de Janeiro, por segmento, divulgado pelo SINEPE-RJ e constante da tabela abaixo:

**Tabela 11 – Média de alunos por segmento, alunos por turma e total de turmas**

	Média de alunos	Alunos por turma	Turmas
EF1	181	18	10,04
EF2	206	26	7,94
EM	105	35	3,01

Com isso, chega-se a um número de 21 turmas. Como a ocupação das salas pela manhã nos colégios é bem superior do que pela tarde, para o estudo supôs-se um colégio com 16 salas, sendo 14 turmas pela manhã e 7 pela tarde.

**Tabela 12 – Resumo premissas para receita**

	Turmas manhã	Turmas tarde	Alunos	Mensalidade Média	Material didático
EF1	5	5	176	R\$ 420,00	R\$ 500,00
EF2	6	2	206	R\$ 480,00	R\$ 650,00
EM	2	0	70	R\$ 550,00	R\$ 750,00
Pré-vestibular	1	0	38	R\$ 600,00	R\$ 850,00

Para a projeção dos custos, foi feita uma pesquisa minuciosa em uma rede de ensino com mais de 20 escolas, gerenciada por uma equipe profissional de executivos. As escolas estudadas abrangem regiões com perfis sócio-econômicos distintos, apresentando unidades para classe C e D, como Madureira e São Gonçalo e unidades para classes A e B, como Ipanema e Recreio dos Bandeirantes. A heterogeneidade das escolas, aliada à dispersão geográfica e à boa gestão, desejada para uma escola típica da PPP, fizeram com que os dados de tal rede fossem considerados típicos para a escola da parceria.

Foram avaliadas todas as linhas do Demonstrativo do Resultado do Exercício (DRE) e do Fluxo de Caixa das escolas, fazendo-se com que todos os custos fossem entendidos e quantificados, sendo tomados como referência para um colégio típico apto a participar da parceria proposta.

Com base em todos os dados colhidos, foram elaboradas diversas planilhas, que se encontram no ANEXO 1 e que refletem as receitas, despesas e resultados financeiros do colégio típico modelado, que atua nos segmentos Fundamental 1, Fundamental 2 e Médio, com boa gestão, 16 salas e capacidade para uma turma por turno no Ensino Fundamental 1 e no Ensino Médio e 2 salas por turno para o Ensino Fundamental 2. Os principais dados e as respectivas premissas encontram-se abaixo descritos:

- a) Receita Bruta: para o cálculo foram levados em consideração o número máximo de alunos por turma, a quantidade de turmas, a ocupação média das turmas, a mensalidade média de cada segmento, o valor do material didático vendido pelo colégio e o percentual de inadimplência;

- b) Impostos: aplicaram-se os impostos comuns ao setor, contabilidade com lucro real, sem nenhum benefício tributário; Os principais impostos foram ISS, PIS, COFINS, Imposto de Renda e CSLL
- c) Folha de professores: foram consideradas a quantidade de turmas oferecidas e o valor médio da hora-aula por segmento. Para o cálculo, utilizou-se a fórmula prevista na convenção coletiva do setor, que considera para o salário do professor o total de tempos semanais multiplicado pela hora-aula e novamente multiplicado pelo fator 4,5 (número de semanas em cada mês);
- d) Folha de funcionários: foram levados em conta todos os cargos presentes em uma estrutura de colégio, considerando-se uma média de alunos por funcionários em cada cargo, bem como a remuneração média da função.
- e) Benefícios e encargos: benefícios como Vale Transporte e Vale Refeição apenas para funcionários. Encargos típicos do setor sobre a folha de pagamento de funcionários e professores, sendo considerados INSS (incluindo FAT e sistema S), FGTS, décimo-terceiro salário e férias.
- f) Despesas gerais e administrativas: foram considerados todos os principais custos operacionais, com métricas médias para cada um baseadas no estudo de uma rede de mais de 20 escolas. Foram mapeados custos fixos e variáveis de acordo com número de alunos, quantidade de turmas, funcionários, dependendo de cada variável. Estão incluídos aluguel, água, energia, telefone, gás, material de escritório, copa e limpeza, programas de informática, material didático, xerox, manutenção de equipamentos e serviços de terceiros, que incluem contador, advogados, seguros e afins.
- g) Despesas comerciais: foi considerada a média de gasto das escolas pesquisadas como percentual da receita.
- h) Receitas e despesas financeiras: não foram consideradas dívidas nem aplicações financeiras para o modelo.
- i) Despesas de Capital: foi considerado o percentual de 2% da receita como reinvestimento anual.

A partir da simulação permitida com o auxílio da planilha, chega-se à estrutura de custos de uma escola privada típica para o estudo em questão, a qual é descrita na tabela abaixo.

**Tabela 13 – Estrutura de custos**

<b>Administrativas</b>	<b>23,17%</b>
Aluguel	8,07%
Água, Energia, Telefone e Gás	3,38%
Material didático/xerox	7,08%
Material de Copa e limpeza	0,54%
Material de escritório	0,19%
Manutenção de equipamentos	0,27%
Programas	0,41%
Serviços terceirizados	1,97%
Outras	1,26%
<b>Vendas</b>	<b>4,20%</b>
Propaganda e salários vendas	4,20%
<b>Pessoal</b>	<b>57,48%</b>
Salários Professores	28,97%
Monitoria e Fiscalização	2,90%
Salários Administrativo	9,29%
Encargos sobre a folha	12,82%
Benefícios VR e VT	3,50%
<b>Impostos</b>	<b>15,14%</b>
ISS	5,07%
PIS/COFINS	9,38%
IR Real + CSLL	0,70%
<b>Total das Despesas</b>	<b>100,00%</b>

Como pode-se perceber, a maior despesa de uma escola privada é, de fato, o custo de pessoal. Para que isso seja diluído, é fundamental que a ociosidade seja preenchida, de forma a ter-se um maior número de alunos em cada turma. É bem evidente também o peso dos encargos sobre a folha, o que mostra que uma desoneração poderia diminuir em quase 13% o total das despesas.

O segundo maior peso é o das despesas administrativas. Essas, em sua maioria, poderiam ser diluídas com uma melhor utilização do espaço físico, com a ampliação de turnos para tarde e noite.

Se olharmos para o DRE do colégio modelado, pode-se ver que o lucro líquido anual é bastante apertado.

**Tabela 14 – DRE resumido**

<b>Receita Bruta</b>	<b>2.893.714</b>
ISS/PIS/COFINS	412.354
<b>Receita Líquida</b>	<b>2.481.360</b>
Despesas Operacionais	-2.422.668
Lucro Operacional	58.692
<b>LAIR</b>	<b>58.692</b>
IR e CSLL	-19.955
<b>Lucro Líquido</b>	<b>38.737</b>

O lucro líquido mensal é em torno de R\$ 3.200,00. No entanto, ao considerar-se o percentual de reinvestimento de 2% da receita, o fluxo de caixa para o acionista é negativo, o que indica que o modelo não é sustentável no longo prazo.

Somando-se o total de despesas e dividindo-se pela quantidade de alunos, o custo médio mensal por aluno é de R\$ 485,54.

Após feita a análise detalhada da operação de uma escola privada atualmente, utilizou-se o modelo elaborado com algumas pequenas variações nas premissas, porém ocupando-se as vagas ociosas e considerando-se os turnos da manhã e da tarde, mantendo-se o turno da noite inutilizado. Com a nova análise, a ocupação do turno da manhã passou a ser de 96%, enquanto o turno da tarde ficou com ocupação de 80%.

**Tabela 15 – Diferença situação atual versus parceria com governo premissas alunos e turmas**

	<b>Total de alunos</b>	<b>Total de turmas</b>	<b>Utilização manhã</b>	<b>Utilização tarde</b>
Situação atual	490	21	70%	18%
Parceria Governo	984	32	96%	80%

Para o cálculo da ocupação foi considerado o número máximo ideal de alunos por turma de acordo com a Secretaria de Educação.



O ANEXO 2 mostra as simulações para o novo caso. As principais alterações em premissas foram, além da quantidade de alunos, a diminuição da taxa de inadimplência, admitindo-se que a inadimplência dos alunos da rede pública é zero; a manutenção do custo absoluto com propaganda, uma vez que não há necessidade de aumento em marketing para captar tais alunos e a variação da mensalidade média por segmento, em razão do preço pago pelo Governo por cada aluno adicional.

Cabe aqui uma ressalva quanto aos gastos atuais do Governo considerados para a simulação. Como mostrado na tabela 8, os gastos com Educação Infantil são menores do que com os demais segmentos. Isso faria com que o gasto do Governo ex-infantil fosse superior, permitindo que ele pagasse mais do que os R\$ 336,25 com a parceria, uma vez que a mesma se dá para Fundamental e Médio. Além disso, a tabela 8 mostra os gastos com a média no Brasil, sendo que no Rio de Janeiro os gastos são ainda mais elevados.

No entanto, em função da maior dificuldade de dados específicos para o Rio de Janeiro e como a intenção é mostrar a viabilidade da PPP nesse Estado, trabalhar com um número inferior para o gasto permite criar uma margem de segurança para os cálculos. Caso ainda assim a conclusão é que seja viável, com certeza com gastos maiores a parceria seria ainda mais valiosa.

Portanto, com a nova simulação, considerando-se que o Governo pague por aluno a quantia mensal que gasta atualmente com Educação Básica no Brasil, em torno de R\$ 335,00, a tabela abaixo mostra que a mensalidade média por segmento sofre alteração razoável. Para esse cálculo, considerou-se esse valor como o total mensal gasto pelo governo, incluindo o material didático. Com isso a mensalidade média marginal dos alunos que preencheram a ociosidade da escola será o valor anual pago pelo Governo menos o material didático, que varia de acordo com o segmento, dividido por 12 meses. Compondo-se a média com os valores pagos no caso sem a parceria, temos a tabela abaixo.

**Tabela 16 – Mensalidades escola particular com parceria Governo**

	<u>Mensalidade Efetiva</u>	<u>Receita Mensalidade</u>	<u>Receita anterior</u>	<u>Alunos privados</u>	<u>Mensalidade privada</u>	<u>Mensalidade governo</u>
1º ano M	339,2	77.338	41.731	9	420	293
1º ano T	418,4	80.333	83.462	18	420	293
2º ano M	392,1	103.526	92.736	20	420	293
2º ano T	358,4	81.715	55.642	12	420	293
3º ano M	379,8	118.502	97.373	21	420	293
3º ano T	364,5	96.230	69.552	15	420	293
4º ano M	389,2	121.421	106.646	23	420	293
4º ano T	375,6	99.149	78.826	17	420	293
5º ano M	398,5	124.339	115.920	25	420	293
5º ano T	370,0	97.690	74.189	16	420	293
6º ano M	389,5	313.123	222.566	42	480	281
6º ano T	303,7	204.115	52.992	10	480	281
7º ano M	406,6	326.890	254.362	48	480	281
7º ano T	310,6	208.704	63.590	12	480	281
8º ano M	406,6	326.890	254.362	48	480	281
8º ano T	269,6	181.171	0	0	480	281
9º ano M	385,3	351.418	243.763	46	480	281
9º ano T	269,6	207.053	0	0	480	281
1ª série M	484,6	250.070	218.592	36	550	273
1ª série T	261,6	113.011	0	0	550	273
2ª série M	472,2	243.677	206.448	34	550	273
2ª série T	261,6	113.011	0	0	550	273
3ª série M	484,8	308.304	251.712	38	600	264
3ª série T	253,6	133.901	0	0	600	264
<b>Total</b>		<b>4.281.581</b>				
<b>Mensalidade Média pós inadimp</b>		<b>363</b>				

Os valores de material didático foram mantidos constantes por aluno, aumentando a receita de forma proporcional à quantidade de alunos.

A folha de professores e funcionários seguiram os mesmos parâmetros anteriores, variando de acordo com o aumento do número de turmas e de alunos. Para atingir a ocupação simulada, preencheram-se todas as salas em ambos os turnos, com aulas em 16 turmas pela manhã e 16 pela tarde.

Os custos operacionais também seguiram parâmetros semelhantes.

Todas as planilhas utilizados para o cálculo da parceria encontram-se no ANEXO2.

O modelo com a parceria proposta chegou a um resultado interessante, , como se pode ver na tabela

**Tabela 17 – DRE resumido parceria governo**

<b>Receita Bruta</b>	<b>4.881.731</b>
ISS/PIS/COFINS	695.647
<b>Receita Líquida</b>	<b>4.186.084</b>
Despesas Operacionais	-3.741.256
Lucro Operacional	444.828
<b>LAIR</b>	<b>444.828</b>
IR e CSLL	-151.242
<b>Lucro Líquido</b>	<b>293.587</b>

O colégio apresentou um resultado melhor, o que mostra que a parceria tem também um efeito positivo no DRE. O custo médio por aluno, em razão da diluição de custos caiu para R\$ 388,56.

O custo marginal de cada aluno da rede pública pode ser calculado fazendo-se a diferença de despesas entre o colégio com parceria e o cenário atual e dividindo-se o resultado pela quantidade adicional de alunos, todos advindos da rede pública.

Quando a conta é feita, chega-se a um custo marginal de R\$ 292,37.

Ou seja, o custo marginal de um aluno da rede pública dentro de uma escola privada típica é inferior ao custo direto do mesmo quando em uma escola pública, mesmo sem considerar os custos de oportunidade e custos indiretos do Governo.

Assim, é possível canalizar parte dos investimentos do Governo em educação para um modelo em que alunos da rede pública frequentem escolas privadas com a mensalidade sendo paga pelo governo, sem que o mesmo tenha custos adicionais para tal.

Outro exercício interessante feito foi calcular o valor mínimo a ser recebido por aluno para que a escola privada seja indiferente financeiramente, ou seja, tenha o mesmo resultado com a parceria e sem a mesma.

Mantendo-se as premissas e variando-se o valor pago pelo Governo, apresenta-se abaixo o resultado do colégio típico com a parceria de acordo com o valor mensal pago pelos cofres públicos.

**Tabela 18 – Lucro líquido em função do valor pago pelo Governo por aluno**

Valor pago Governo	Lucro Líquido
R\$ 335,00	293.586,6
R\$ 300,00	180.860,2
R\$ 275,00	100.341,4
R\$ 256,00	39.147,1
R\$ 225,00	-60.696,3

Pode-se perceber que o “breakeven” é em torno de R\$ 256,00, ou seja, até esse valor a parceria público-privada para educação básica poderia fazer sentido.

O valor de “breakeven” é 23,6% menor do que o gasto atual, o que corrobora que o modelo proposto é viável com uma margem de segurança bastante razoável.

Outra teste interessante é, mantendo-se a mensalidade paga pelo Governo em R\$ 335,00, verificar qual o breakeven variando-se a ocupação da escola. A tabela 19 mostra como se dá essa relação.

**Tabela 19 – Lucro líquido em função da ocupação da escola**

Valor pago Governo	Lucro Líquido
88%	293.586,6
82%	171.763,5
77%	105.436,6
74%	47.157,3
70%	-20.771,4

Portanto, uma ocupação em torno de 74% já permitiria que a parceria fosse viável. Isso seria o equivalente a ter 788 alunos no total, ou seja, 298 vindos da rede pública.

### 3.4 Considerações importantes

O modelo sugerido mostra que é financeiramente viável uma parceria público-privada em que as vagas ociosas em escolas privadas sejam ocupadas por alunos da rede pública.

No entanto, para que a qualidade da educação de fato melhore no país, é fundamental que o Governo tenha uma metodologia de avaliação constante e sistemática das escolas privadas e um acompanhamento do rendimento escolar dos alunos oriundos da rede pública.

Com uma metodologia de avaliação bem definida, as escolas privadas seriam credenciadas e ranqueadas e poderiam ser comparadas com as escolas públicas que forneceram os alunos. Inicialmente, uma sugestão é utilizar a nota média no ENEM, considerando uma nota de corte mínima para que a escola seja considerada apta. A cada ano letivo, as escolas privadas credenciadas disponibilizariam certo número de vagas, de acordo com a ociosidade de cada uma.

A seleção dos alunos da rede pública poderia ser feita por sorteio ou de acordo com uma prova unificada, por série, de modo que os alunos de maior destaque optem primeiro em qual escola privada, dentre as que disponibilizaram vagas, irão estudar.

Com o modelo proposto, o Governo descentraliza mais o papel de executor na Educação Básica e passa a ser mais regulador e fiscalizador. Isso permitirá a redução de uma série de custos e a liberação de espaço físico e de pessoal para o desempenho de outras funções.

Uma pergunta que surge naturalmente é o que fazer com a grande quantidade de professores e funcionários da rede pública. A parceria público-privada poderia ser ampliada e o grande aumento de turmas que se teria na rede privada poderia ser acompanhado da utilização de tais professores em sala, após serem treinados e aprovados pela escola privada interessada. Como a escola já teria que contratar professores, a mão de obra poderia entrar como forma de pagamento do Governo. Para tanto bastaria definir-se uma hora-aula de remuneração desses professores a ser combinada entre o colégio privado e o Governo.

Essa proposta para os professores não diminui significativamente o custo do Governo no curto prazo, porém quando se pensa em aposentadoria e pensões, ao reduzir o número de novas contratações, o Governo reduzirá e muito os custos de longo prazo.

Outro ponto importante é a manutenção do transporte gratuito para os estudantes oriundos da rede pública. Sem isso, muitas famílias não conseguiriam arcar com o deslocamento dos filhos e a evasão poderia ser significativa.

## **4 CONCLUSÃO**

O modelo atual de educação pública de base gera na média resultados significativamente inferiores aos da rede privada. Embora o Governo esteja comprometido com a ideia de aumentar os gastos com Educação Básica, isso não é garantia de aumento da qualidade e consequentemente dos resultados obtidos.

A rede pública, com raras exceções, apresenta características que dificultam o provimento de uma Educação Básica de ponta. Há problemas de gestão, ausência de competitividade e burocracia inerente ao setor público, variáveis que explicam parcialmente os resultados fracos das avaliações nacionais e internacionais dos alunos. Embora esteja havendo evoluções, a autonomia dos bons gestores ainda é muito pequena e a lentidão com que as mudanças são implementadas não geram um cenário de médio prazo animador.

Por outro lado, a rede privada, embora com melhores resultados acadêmicos, na maioria dos casos não apresenta resultados empresariais capazes de gerar incentivos para uma expansão mais acentuada. Pelo contrário, as dificuldades financeiras são a principal razão pela qual muitas escolas particulares encerram suas atividades a cada ano.

Com base na experiência internacional e com dados detalhados da Educação no Estado do Rio de Janeiro, o presente estudo mostrou que é bastante viável definir-se um modelo para utilizar a rede privada de escolas para oferecer Educação Básica de qualidade aos alunos da rede pública.

O modelo de parceria público-privada proposto permitiria, a partir da ocupação de vagas ociosas da rede privada por alunos da rede pública, maior competição pelos recursos públicos disponíveis, o que levaria a uma provável melhora da qualidade da educação Básica no país.

O gasto direto mensal por aluno com Educação Básica do Governo na rede pública é atualmente de R\$ 336,25. O modelo permitiu concluir que o custo marginal de se preencher as vagas ociosas de uma escola privada é inferior a esse valor, ou seja, seria interessante para as escolas particulares absorver parte dos alunos da rede pública a esse preço de mensalidade. O Governo, por sua vez, descentralizaria a atuação como executor na educação básica pública, mantendo sua função de financiador e regulador.

Ainda, com a escola privada padrão proposta, poderia ser viável a referida parceria com valores de mensalidades 25% inferiores aos gastos pelo Governo atualmente.

Se a parceria sugerida fosse implementada, em torno de 30% dos alunos da rede pública poderiam migrar para a rede privada. A participação desta poderia dobrar, chegando a níveis próximos de 50% do total de alunos, caso o número de escolas não aumentasse. No entanto, seria razoável assumir que o setor privado passaria a atrair mais investimentos com o novo modelo, mais interesse financeiramente, e, com isso, sua participação poderia ser ainda maior.

Há alguns desafios, dentre eles o nivelamento cultural dos alunos da rede pública ao se inserirem na rede privada, a gestão do modelo de seleção, certificação, avaliação e pagamento do Governo, a migração da mão de obra atualmente empregada nas escolas públicas, entre outros.

Apesar dos desafios, é fundamental que o Governo se mobilize para ter um retorno condizente com os níveis de investimentos programados para Educação nos próximos anos. Em vez de medidas como separação de vagas por renda ou etnia em universidades, investir coerentemente na Educação Básica é sem dúvida uma medida que agrega muito mais ao país no médio e longo prazos. E, nesse contexto, aproveitar a ociosidade da rede privada parece ser um bom começo.

## 5 REFERÊNCIAS

“PISA 2009 Results: What Students Know and Can Do – Student Performance in Reading, Mathematics and Science (Volume I)”, OECD, 2010

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. Disponível em: <http://www.INEP.gov.br>. Acesso em: 8 de nov. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 de out. 2012.

Bruns, Barbara e Evans, David e Luque, Xavier – “Achieving World-Class Education in Brazil”, The World Bank, 2012.

Arenas, Alberto "Privatization and Vouchers in Colômbia and Chile" International Review of Education, 2004.

Sapelli, Cláudio e Vial, Bernardita; "The Performance of Private and Public *Schools* in The Chilean Voucher System", 2002.

Hoxby, Caroline; "Achievement in *Charter Schools* and regular public *schools* in the Unites States: understanding the differences." Harvard University and National Bureau of Economic Research, 2004.

NATIONAL ALLIANCE FOR PUBLIC *CHARTER SCHOOLS* – Disponível em: <http://www.publiccharters.org/About-Charter-Schools/How-Charters-Perform.aspx>. Acesso em: 15 de nov. 2012.

DATAESCOLABRASIL INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. Disponível em: <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/> Acesso em: 6 de nov. 2012.

SINDICATO DAS ESCOLAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SINEPE-RJ Disponível Em: <http://www.sineperj.org.br/> Acesso em: 14 de dez. 2012.

PUBLIC SCHOOL REVIEW– Disponível em: <http://www.publicschoolreview.com/articles/3>. Acesso em: 17 de nov. 2012.

Thomas, Kane - “Informing the Debate: Comparing Boston's *Charter*, Pilot and Traditional *Schools*”, Harvard Graduate School of Education and Massachussets Institute of Technology, 2009

Puccinelli, Fernando; "Um estudo do investimento público em educação básica no Brasil e do desempenho dos alunos em avaliações nacionais por Unidade Federativa no período de 1998 a 2007.", 2009.

King, Elizabeth, Rawlingsa, Laura , Gutierrezb, Marybell, Pardob, Carlos, Torresb, Carlos; "Colômbia's Targeted Education Voucher Program: Features, Coverage, and



Participation"; Banco Mundial e Governo da Colômbia; 1997.

Menezes-Filho, Naércio e Amaral, Luiz Felipe; "A relação entre Gastos Educacionais e Desempenho Escolar"

Patrinos, Harry; "Education Vouchers in Developing Countries"; The Heartland Institute, 2001

"Relatório Educação: gastos públicos e propostas de melhoria", Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), 2010

Michelson, Ednaldo e Miltons Michelle, "Educação e Crescimento Econômico na Coréia do Sul", 2008

Castro, Jorge – "Financiamento e Gasto Público da Educação Básica no Brasil: 1995-2005"

"Censo Escolar da Educação Básica 2011 – Resumo Técnico", Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2011

Madeira, Ricardo e Vicentini, Gustavo, "The Median Ideal Policy in Mixed Markets for Education: Evidence from Brazil", 2006

"Números do Ensino Privado 2005", Federação Nacional das Escolas Particulares e Fundação Getúlio Vargas, 2006

## ANEXO 1 – Planilhas Colégio Típico sem Parceria

Tabela I.1 – Alunos por turma e ocupação na situação atual

	<u>Número de Alunos</u>	<u>Capacidade turmas oferecidas</u>	<u>Capacidade máxima colégio</u>	<u>Ocupação por série oferecida</u>	<u>Ocupação por série máxima</u>
1º ano M	9	20	20	45%	45%
1º ano T	18	20	20	90%	90%
2º ano M	20	23	23	87%	87%
2º ano T	12	23	23	52%	52%
3º ano M	21	27	27	78%	78%
3º ano T	15	27	27	56%	56%
4º ano M	23	27	27	85%	85%
4º ano T	17	27	27	63%	63%
5º ano M	25	27	27	93%	93%
5º ano T	16	27	27	59%	59%
6º ano M	42	35	70	120%	60%
6º ano T	10	35	70	29%	14%
7º ano M	48	35	70	137%	69%
7º ano T	12	35	70	34%	17%
8º ano M	48	70	70	69%	69%
8º ano T	0	0	70	0%	0%
9º ano M	46	80	80	58%	58%
9º ano T	0	0	80	0%	0%
1ª série M	36	45	45	80%	80%
1ª série T	0	0	45	0%	0%
2ª série M	34	45	45	76%	76%
2ª série T	0	0	45	0%	0%
3ª série M	38	55	55	69%	69%
3ª série T	0	0	55	0%	0%
<b>Total</b>	<b>490</b>	<b>683</b>	<b>1.118</b>	<b>72%</b>	<b>44%</b>
<b>Total manhã</b>	<b>390</b>	<b>489</b>	<b>559</b>	<b>80%</b>	<b>70%</b>
<b>Total tarde</b>	<b>100</b>	<b>194</b>	<b>559</b>	<b>52%</b>	<b>18%</b>

Tabela I.2 – Número de turmas oferecidas situação atual

Número de turmas oferecidas	
1º ano M	1
1º ano T	1
2º ano M	1
2º ano T	1
3º ano M	1
3º ano T	1
4º ano M	1
4º ano T	1
5º ano M	1
5º ano T	1
6º ano M	1
6º ano T	1
7º ano M	1
7º ano T	1
8º ano M	2
8º ano T	0
9º ano M	2
9º ano T	0
1ª série M	1
1ª série T	0
2ª série M	1
2ª série T	0
3ª série M	1
3ª série T	0
<b>Total Manhã</b>	<b>14</b>
<b>Total Tarde</b>	<b>7</b>
<b>Total</b>	<b>21</b>

Tabela I.3 – Máximo de alunos por turma

Máximo alunos por turma	
1º ano M	20
1º ano T	20
2º ano M	23
2º ano T	23
3º ano M	27
3º ano T	27
4º ano M	27
4º ano T	27
5º ano M	27
5º ano T	27
6º ano M	35
6º ano T	35
7º ano M	35
7º ano T	35
8º ano M	35
8º ano T	35
9º ano M	40
9º ano T	40
1ª série M	45
1ª série T	45
2ª série M	45
2ª série T	45
3ª série M	55
3ª série T	55

Tabela I.4 – Receita de Mensalidade

	<u>Mensalidade Efetiva</u>	<u>Receita Mensalidade</u>
1º ano M	420,0	41.731
1º ano T	420,0	83.462
2º ano M	420,0	92.736
2º ano T	420,0	55.642
3º ano M	420,0	97.373
3º ano T	420,0	69.552
4º ano M	420,0	106.646
4º ano T	420,0	78.826
5º ano M	420,0	115.920
5º ano T	420,0	74.189
6º ano M	480,0	222.566
6º ano T	480,0	52.992
7º ano M	480,0	254.362
7º ano T	480,0	63.590
8º ano M	480,0	254.362
8º ano T	480,0	0
9º ano M	480,0	243.763
9º ano T	480,0	0
1ª série M	550,0	218.592
1ª série T	550,0	0
2ª série M	550,0	206.448
2ª série T	550,0	0
3ª série M	600,0	251.712
3ª série T	600,0	0
<b>Total</b>		<b>2.584.464</b>
<b>Mensalidade Média pós inadimplência</b>		<b>440</b>

Tabela I.5 – Receita taxa de material

<u>Taxa Material</u>	
1º ano M	4.500
1º ano T	9.000
2º ano M	10.000
2º ano T	6.000
3º ano M	10.500
3º ano T	7.500
4º ano M	11.500
4º ano T	8.500
5º ano M	12.500
5º ano T	8.000
6º ano M	27.300
6º ano T	6.500
7º ano M	31.200
7º ano T	7.800
8º ano M	31.200
8º ano T	0
9º ano M	29.900
9º ano T	0
1ª série M	27.000
1ª série T	0
2ª série M	25.500
2ª série T	0
3ª série M	21.250
3ª série T	13.600
<b>Total</b>	<b>309.250</b>

Tabela I.6 – Hora-aula por turma e custo total de cada turma na situação atual

<b>Folha de professores</b>	<b>Tempos de aula</b>	<b>Hora-aula piso</b>	<b>Hora-aula média</b>	<b>Custo por turma</b>
1º ano M				1.800
1º ano T				1.800
2º ano M				1.800
2º ano T				1.800
3º ano M				1.800
3º ano T				1.800
4º ano M				2.100
4º ano T				2.100
5º ano M				2.100
5º ano T				2.100
6º ano M	28	13,20	24,00	<b>3.024</b>
6º ano T	28	13,20	24,00	<b>3.024</b>
7º ano M	28	13,20	24,00	<b>3.024</b>
7º ano T	28	13,20	24,00	<b>3.024</b>
8º ano M	28	13,20	24,00	<b>3.024</b>
8º ano T	28	13,20	24,00	<b>3.024</b>
9º ano M	30	13,20	24,00	<b>3.240</b>
9º ano T	30	13,20	24,00	<b>3.240</b>
1ª série M	36	14,08	33,00	5.346
1ª série T	36	14,08	33,00	5.346
2ª série M	36	14,08	33,00	5.346
2ª série T	36	14,08	33,00	5.346
3ª série M	38	14,08	44,00	7.524
3ª série T	38	14,08	44,00	7.524

Tabela I.7 – Folha de professores situação atual

<b><u>Custo turmas existentes</u></b>	
1º ano M	1.800
1º ano T	1.800
2o ano M	1.800
2o ano T	1.800
3o ano M	1.800
3o ano T	1.800
4o ano M	2.100
4o ano T	2.100
5o ano M	2.100
5o ano T	2.100
6º ano M	3.024
6º ano T	3.024
7º ano M	3.024
7º ano T	3.024
8º ano M	6.048
8º ano T	0
9º ano M	6.480
9º ano T	0
1ª série M	5.346
1ª série T	0
2ª série M	5.346
2ª série T	0
3ª série M	7.524
3ª série T	0
<b>Total Manhã</b>	<b>46.392</b>
<b>Total Tarde</b>	<b>15.648</b>
<b>Total</b>	<b>62.040</b>

Tabela I.8 – Folha de funcionários e benefícios situação atual

<b>Folha funcionários</b>	<b>Salário médio</b>	<b>Alunos por funcionário</b>	<b>Quantidade total</b>	<b>Custo por turma</b>
Diretor da escola	R\$ 4.000,00		1	R\$ 4.000,00
Coordenador Pedagógico EF1	R\$ 1.300,00	250	1	R\$ 1.300,00
Coordenador Pedagógico EF2	R\$ 1.500,00	300	1	R\$ 1.500,00
Coordenador Pedagógico EM	R\$ 2.500,00	300	1	R\$ 2.500,00
Financeiro	R\$ 1.500,00		1	R\$ 1.500,00
Secretária	R\$ 700,00	150	4	R\$ 2.800,00
Inspetor	R\$ 700,00	120	5	R\$ 3.500,00
ASG	R\$ 700,00	150	4	R\$ 2.800,00
Total Salários			18	R\$ 19.900,00

<b>Benefícios</b>			
Média passagens por funcionários	3		
Total de funcionários	18		
Valor por passagem	R\$ 3,00		
Dias úteis	22		
Total VT	R\$ 3.564,00		
Valor vale refeição por dia	R\$ 12,00		
Total VR	R\$ 4.752,00		

Tabela I.9 – Premissas despesas operacionais situação atual

<b><u>Aluguel</u></b>	
Preço aluguel por sala	1.200,00
Preço aluguel por m2 útil	69,57
Quantidade de salas	16
Aluguel mensal	19.200,00
<b><u>Operacionais base mensal</u></b>	
Água, Energia, Telefone e Gás fixo	700,00
Energia por turma	280,00
Energia variável	5.880,00
Água por aluno	3,00
Água variável	1.470,00
Água, Energia, Telefone e Gás total	8.050,00
Manutenção de ar condicionado por sala	40
Manutenção de ar condicionado por total	640
Material de copa e limpeza por sala	80
Material de copa e limpeza total	1280
Material de escritório por funcionário	25
Material de escritório total	450
Softwares por aluno	2
Softwares total	980
Material didático por aluno EF1 base ano	300
Material didático por aluno EF2 base ano	380
Material didático por aluno EM base ano	440
Material didático total	178.600,00
Material complementares e xerox por aluno	4
Material complementares e xerox total	1.960,00
Contador e DP	1.500,00
Assistência informática	1.000,00
Advogados	2.000,00
Seguros	192
Despesas comerciais/agência publicidade percentual receita	4,1%
Despesas comerciais/agência publicidade total	120.000,00



Tabela I.10 – Resumo despesas Operacionais Situação atual

<b>Despesas Operacionais</b>	
<b><u>Administrativas</u></b>	<b>661.624</b>
Aluguel	230.400
Água, Energia, Telefone e Gás	96.600
Material didático/xerox	202.120
Material de Copa e limpeza	15.360
Material de escritório	5.400
Manutenção de equipamentos	7.680
Programas	11.760
Serviços terceirizados	56.304
Outras	36.000
<b><u>Vendas</u></b>	<b>120.000</b>
Propaganda e salários vendas	120.000
 Turmas	 21
<b><u>Pessoal</u></b>	<b>1.641.044</b>
Salários Professores	827.200
Professores formalizados	100%
Monitoria e Fiscalização	82.720
Salários Administrativo	265.333
Encargos sobre a folha	365.999
Benefícios VR e VT	99.792
<b><u>Juros</u></b>	<b>0</b>
Juros anual	0
Amortização	0
<b><u>Impostos</u></b>	<b>432.309</b>
% Declarado	100%
Receita Declarada	2.893.714
Receita Declarada Mensal	241.143
ISS	144.686
PIS/COFINS	267.669
IR Real + CSLL	19.955
<b>Total das Despesas</b>	<b>2.854.977</b>
 Custo por aluno ano	 5.826,48

## ANEXO 2 – Planilhas Colégio Típico com Parceria Governo (PPP)

Tabela II.1 - Alunos por turma e ocupação com PPP

	<u>Número de Alunos</u>	<u>Capacidade turmas oferecidas</u>	<u>Capacidade máxima colégio</u>	<u>Ocupação por série oferecida</u>	<u>Ocupação por série máxima</u>
1º ano M	19	20	20	95%	95%
1º ano T	16	20	20	80%	80%
2º ano M	22	23	23	95%	96%
2º ano T	19	23	23	80%	83%
3º ano M	26	27	27	95%	96%
3º ano T	22	27	27	80%	81%
4º ano M	26	27	27	95%	96%
4º ano T	22	27	27	80%	81%
5º ano M	26	27	27	95%	96%
5º ano T	22	27	27	80%	81%
6º ano M	67	70	70	95%	96%
6º ano T	56	70	70	80%	80%
7º ano M	67	70	70	95%	96%
7º ano T	56	70	70	80%	80%
8º ano M	67	70	70	95%	96%
8º ano T	56	70	70	80%	80%
9º ano M	76	80	80	95%	95%
9º ano T	64	80	80	80%	80%
1ª série M	43	45	45	95%	96%
1ª série T	36	45	45	80%	80%
2ª série M	43	45	45	95%	96%
2ª série T	36	45	45	80%	80%
3ª série M	53	55	55	95%	96%
3ª série T	44	55	55	80%	80%
<b>Total</b>	<b>984</b>	<b>1118</b>	<b>1.118</b>	<b>88%</b>	<b>88%</b>
<b>Total manhã</b>	<b>535</b>	<b>559</b>	<b>559</b>	<b>96%</b>	<b>96%</b>
<b>Total tarde</b>	<b>449</b>	<b>559</b>	<b>559</b>	<b>80%</b>	<b>80%</b>

Tabela II.2 – Número de turmas oferecidas PPP

<b>Número de turmas oferecidas</b>	
1º ano M	1
1º ano T	1
2º ano M	1
2º ano T	1
3º ano M	1
3º ano T	1
4º ano M	1
4º ano T	1
5º ano M	1
5º ano T	1
6º ano M	2
6º ano T	2
7º ano M	2
7º ano T	2
8º ano M	2
8º ano T	2
9º ano M	2
9º ano T	2
1ª série M	1
1ª série T	1
2ª série M	1
2ª série T	1
3ª série M	1
3ª série T	1
<b>Total Manhã</b>	<b>16</b>
<b>Total Tarde</b>	<b>16</b>
<b>Total</b>	<b>32</b>

Tabela II.3- Receita mensalidade PPP

	<u>Mensalidade Efetiva</u>	<u>Receita Mensalidade</u>
1º ano M	339,2	77.338
1º ano T	418,4	80.333
2o ano M	392,1	103.526
2o ano T	358,4	81.715
3o ano M	379,8	118.502
3o ano T	364,5	96.230
4o ano M	389,2	121.421
4o ano T	375,6	99.149
5o ano M	398,5	124.339
5o ano T	370,0	97.690
6º ano M	389,5	313.123
6º ano T	303,7	204.115
7º ano M	406,6	326.890
7º ano T	310,6	208.704
8º ano M	406,6	326.890
8º ano T	269,6	181.171
9º ano M	385,3	351.418
9º ano T	269,6	207.053
1ª série M	484,6	250.070
1ª série T	261,6	113.011
2ª série M	472,2	243.677
2ª série T	261,6	113.011
3ª série M	484,8	308.304
3ª série T	253,6	133.901
<b>Total</b>		<b>4.281.581</b>
<b>Mensalidade Média pós inadimp</b>		<b>363</b>

Tabela II.4- Receita material PPP

Taxa Material	
1º ano M	9.500
1º ano T	8.000
2o ano M	11.000
2o ano T	9.500
3o ano M	13.000
3o ano T	11.000
4o ano M	13.000
4o ano T	11.000
5o ano M	13.000
5o ano T	11.000
6º ano M	43.550
6º ano T	36.400
7º ano M	43.550
7º ano T	36.400
8º ano M	43.550
8º ano T	36.400
9º ano M	49.400
9º ano T	41.600
1ª série M	32.250
1ª série T	27.000
2ª série M	32.250
2ª série T	27.000
3ª série M	22.100
3ª série T	18.700
Total	600.150

Tabela II.5 – Folha de professores PPP

<b>Custo turmas existentes</b>	
1º ano M	1.800
1º ano T	1.800
2º ano M	1.800
2º ano T	1.800
3º ano M	1.800
3º ano T	1.800
4º ano M	2.100
4º ano T	2.100
5º ano M	2.100
5º ano T	2.100
6º ano M	6.048
6º ano T	6.048
7º ano M	6.048
7º ano T	6.048
8º ano M	6.048
8º ano T	6.048
9º ano M	6.480
9º ano T	6.480
1ª série M	5.346
1ª série T	5.346
2ª série M	5.346
2ª série T	5.346
3ª série M	7.524
3ª série T	7.524
<b>Total Manhã</b>	<b>52.440</b>
<b>Total Tarde</b>	<b>52.440</b>
<b>Total</b>	<b>104.880</b>

Tabela II.6 – Folha de funcionários e benefícios PPP

<b>Folha funcionários</b>	<b>Salário médio</b>	<b>Alunos por funcionário</b>	<b>Quantidade total</b>	<b>Custo por turma</b>
Diretor da escola	R\$ 4.000,00		1	R\$ 4.000,00
Coordenador Pedagógico EF1	R\$ 1.300,00	250	1	R\$ 1.300,00
Coordenador Pedagógico EF2	R\$ 1.500,00	300	2	R\$ 3.000,00
Coordenador Pedagógico EM	R\$ 2.500,00	300	1	R\$ 2.500,00
Financeiro	R\$ 1.500,00		1	R\$ 1.500,00
Secretária	R\$ 700,00	150	7	R\$ 4.900,00
Inspetor	R\$ 700,00	120	9	R\$ 6.300,00
ASG	R\$ 700,00	150	7	R\$ 4.900,00
Total Salários			29	R\$ 28.400,00

<b>Benefícios</b>				
Média passagens por funcionários		3		
Total de funcionários		29		
Valor por passagem	R\$ 3,00			
Dias úteis		22		
Total VT	R\$ 5.742,00			
Valor vale refeição por dia	R\$ 12,00			
Total VR	R\$ 7.656,00			

Tabela II.7 – Premissas despesas operacionais PPP

<b><u>Aluguel</u></b>	
Preço aluguel por sala	1.200,00
Preço aluguel por m2 útil	69,57
Quantidade de salas	16
Aluguel mensal	19.200,00
<b><u>Operacionais base mensal</u></b>	
Água, Energia, Telefone e Gás fixo	700,00
Energia por turma	280,00
Energia variável	8.960,00
Água por aluno	3,00
Água variável	2.952,00
Água, Energia, Telefone e Gás total	12.612,00
Manutenção de ar condicionado por sala	40
Manutenção de ar condicionado por total	640
Material de copa e limpeza por sala	80
Material de copa e limpeza total	1280
Material de escritório por funcionário	25
Material de escritório total	725
Softwares por aluno	2
Softwares total	1968
Material didático por aluno EF1 base ano	300
Material didático por aluno EF2 base ano	380
Material didático por aluno EM base ano	440
Material didático total	371.620,00
Material complementares e xerox por aluno	4
Material complementares e xerox total	3.936,00
Contador e DP	1.500,00
Assistência informática	1.000,00
Advogados	2.000,00
Seguros	192
Despesas comerciais/agência publicidade percentual receita	2,5%
Despesas comerciais/agência publicidade total	120.000,00

Tabela II.8 – Resumo despesas operacionais PPP

<b>Despesas Operacionais</b>	
<b><u>Administrativas</u></b>	<b>948.256</b>
Aluguel	230.400
Água, Energia, Telefone e Gás	151.344
Material didático/xerox	418.852
Material de Copa e limpeza	15.360
Material de escritório	8.700
Manutenção de equipamentos	7.680
Programas	23.616
Serviços terceirizados	56.304
Outras	36.000
<b><u>Vendas</u></b>	<b>120.000</b>
Propaganda e salários vendas	120.000
 Turmas	 32
<b><u>Pessoal</u></b>	<b>2.673.000</b>
Salários Professores	1.398.400
Professores formalizados	100%
Monitoria e Fiscalização	139.840
Salários Administrativo	378.667
Encargos sobre a folha	595.317
Benefícios VR e VT	160.776
<b><u>Juros</u></b>	<b>0</b>
Juros anual	0
Amortização	0
<b><u>Impostos</u></b>	<b>846.888</b>
% Declarado	100%
Receita Declarada	4.881.731
Receita Declarada Mensal	406.811
ISS	244.087
PIS/COFINS	451.560
IR Real + CSLL	151.242
<b>Total das Despesas</b>	<b>4.588.144</b>
 Custo por aluno ano	 4.662,75
Custo marginal mensal	292,37